

TRANSCRIÇÃO

S2357J4 - CES MUIT 01.04.2015

7 de janeiro de 2016

PARTICIPANTES

Vozes masculinas não identificadas: M

Vozes femininas não identificadas: F

Presidente

Juliana, Ana Boabaid, Edna, Orlando, Ambrósio, Maurício, Elisabete, Zé Alves, Osiel, Sueli, João Inácio, Marcione, Dra. Flávia, Marcelo, João, Siriana, Edvand, Ana Paula, Tania, Antônio Amorim

TEMPO DE GRAVAÇÃO

3 horas, 29 minutos e 38 segundos

MODALIDADE DE TRANSCRIÇÃO

Padrão

LEGENDA

... → pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] → palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] → incerteza da palavra transcrita / ouvida.

(palavra) → siglas ou nomes próprios.

(INÍCIO)

[00:00:01]

Presidente: Boa tarde. É um prazer estar aqui novamente com vocês. Me ausentei na reunião de fevereiro, no dia da reunião eu tive que fazer uma intervenção cirúrgica e tentei solicitar depois uma agenda onde a gente pudesse fazer uma extraordinária que anteciparia esta reunião, mas infelizmente não conseguimos e eu entendi que nós poderíamos conversar isso na sequência, uma vez que nós conversamos já com a coordenação da (Conferencia Estadual de Saúde), nós encaminhamos algumas coisas que eram mais prementes. A pauta hoje está muito densa com uma possível suspeita de que as 4 horas de reunião não sejam possíveis para esgotá-las, mas vamos dar início. Primeira parte, a conferencia do quórum, acho que

nós estamos com um quórum de causar inveja hoje. Validando esse primeiro momento a gente vai para a leitura do expediente relevante. Vou passar para a (Juliana) fazer essa parte, depois eu retorno para a parte da pauta da reunião propriamente dita.

Juliana: Boa tarde, conselheiros. Em primeiro momento, vamos agradecer a presença dos alunos da (Univag), curso fisioterapia, sejam bem-vindos, e nutrição também, sejam bem-vindos. Nós temos 2 justificativas de ausência do (Carlos Euler) [00:01:46] e do conselheiro da (Fepadre). A representação da (Fepadre) mandou, só esqueceu de colocar o nome do conselheiro, mas está justificada a ausência do mesmo. Primeiro expediente relevante é de um ofício do (Conselho Nacional) número 55 no qual ele pede 2 representantes para ir para a (4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador), que é da (CIST Estadual). Então poderia deliberar no final esses 2 representantes ou vocês querem deliberar agora esses 2 representantes da (CIST) para ir ao conselho nacional, que é no dia 26 e 27 de maio? Conselheiros, vamos deixar então para depois, vocês acabam pensando quem vai querer ir, os componentes. Em resposta do ofício 20 da (CES), do conselho que nós encaminhamos em 10/03 agendado, conforme deliberado no pleno aqui uma reunião com o chefe de gabinete no poder executivo com o (Governador Pedro Taques). Ele mandou a resposta para nós no dia 23, que a agenda dele já estava fechada e que em outro momento estaria verificando uma possível data para receber o conselho, que se tratava dos cargos da secretaria para ver o organograma. O ofício 21 da (CES), nós também do conselho, 12/03/2015 foi encaminhado via malote, nós encaminhamos para o (SISMA), que foi também deliberado no pleno para o (CISMA) verificar sobre como funcionam os cargos. Bom, foi enviado também sobre os cargos para o (SISMA) ver no (RH) como

funcionam os cargos, o organograma, como funciona a simbologia, porque teve extinção de 2 cargos da secretaria, que é da assessoria jurídica e o de comunicação. E o (SISMA) respondeu para os senhores que ficaria na verdade a cargo do conselho encaminhar diretamente com o (RH) da secretaria, devolveu para a gente a responsabilidade. Aqui também, depois no assunto relevante tem lá uma reclamação que foi registrada no (Ministério Público) pelos conselheiros (Orlando), (Ana Boabaid) e a (Conselheira Alzira) na época sobre também esses cargos que foram extintos, já que foi uma resolução da 453/2012 onde a criação e reformulação da estrutura e o funcionamento do conselho. Foi solicitado para o (Ministério Público) verificar como faz com as extinções e foi aberto inquérito. Está registrado aqui que os conselheiros protocolaram no (Ministério Público). E nós temos o memorando 392, que é do (Gbex) 2015 no qual o presidente do pleno pede para que a pauta 3.5 vire uma extraordinária devido à complexidade do mesmo. Considerando a reunião ordinária do (Conselho de Saúde) em 01/04 e tendo ponto de pauta a situação dos contratos recursos humanos e aquisições das organizações sociais contratadas pela (CES/MUIT) e por sua extensão, demandará tempo para sua discussão, viemos sugerir que tal pauta seja discutida em reunião extraordinária. E tem um documento que o (Conselheiro Orlando) pediu para gente, que é sobre o (SARGSUS). Nós passamos para todos os conselheiros sobre o (SARGSUS), que é de responsabilidade do conselho esse demonstrativo orçamentário de despesas de saúde, o relatório anual de 2013 da (Comissão de Planejamento e Orçamento). Vou passar para o secretário começar.

Presidente: Vamos garantir os pedidos de fala. (Ana), (Edna), (Orlando), quem mais?

Ana Boabaid: Boa tarde, conselheiros, eu sou (Ana Boabaid), do (Neon), segmento do usuário. Eu estou preocupada que o (Conselho Estadual de Saúde) continua na ilegalidade dessa questão dos conselheiros e das nossas resoluções. Nós temos as resoluções, inclusive não só a do governo, de assento de representação de governo como de usuário ainda a ser publicizado. Além das nossas resoluções todas que estão pendentes, que estão ficando para trás e a gente está ficando sem rumo nesse conselho, nós perdemos já a paridade, perdemos o norte e a gente quer que se cumpra esse prazo da legalidade das resoluções, que nós temos no nosso regimento interno 30 dias para se publicizar as resoluções. Não se publicizando, tem que ir ao (Ministério Público). Nós temos resoluções que estão no (Ministério Público), por exemplo, resolução das (OSs), do retorno do dinheiro da saúde para saúde e outras, inclusive da reestruturação do conselho estadual que nós estamos trabalhando, nós somos conselheiros voluntários, estamos virando funcionários do (Conselho Estadual de Saúde) por falta de (RH) específico. Então nós estamos sem assessorias, isso tudo já foi para o (Ministério Público), ontem até recebemos um documento, um retorno do (Ministério Público) após longa data e que a saúde está aí, estão pipocando doenças, mortes, deficiências, hospitais, não sabemos nem em que gestão estamos e esse conselho está... ontem nos reunimos à noite, à tarde, final da reunião da conferencia e está todo mundo ficando desestimulado, porque a gente se sente desamparado diante da lei, é isso que eu queria colocar, senhor presidente, que nós precisamos fortalecer o controle social. Ontem em todas as reuniões uma das discussões era, por exemplo, vamos acompanhar as deliberações da conferencia. Quem acompanha? Quem propõe esse acompanhamento? O controle social, o conselho. Mas se o conselho está desestruturado, como acompanhar? O

que fazer? O que nós vamos responder. Eu fui abordada essa semana em relação ao (Aauto Botelho) que, dizem, está um caos. Nós estivemos lá na gestão passada, estava um caos e de repente estamos sendo abordados até na rua. Por outro lado a gente sabe que existe uma política (Paulo Delgado), ausência antimanicomial, mas isso tudo tem que ser pactuado, não é acabar, fechar e largar o usuário à mercê da vida e de Deus.

Presidente: Obrigado, conselheira. (Edna).

Edna: (Edna), representante do (SISMA). Em relação ao que foi colocado pela nossa secretária executiva em relação ao ofício 021, que na realidade foi solicitado ao (SISMA) critérios adotados nas exonerações e nomeações de servidores exclusivamente comissionados e dos cargos em confiança realizados nessa gestão, tento em vista que a gestão se nega a proceder com a nomeação dos cargos seguintes comissionados, secretaria executiva do conselho, ouvidoria geral do (SUS), assessoria jurídica e assessoria de comunicação na simbologia (DGA4). E aí temos 2 resoluções desse mesmo (Conselho Estadual de Saúde), a resolução 03/2012 que recomenda também alteração no anexo do decreto 659/2011, de nível de decisão colegiada. No item 1 incluíram uma assessoria técnica de nível superior, uma assessoria técnica administrativa e no item 2, 2 assessorias técnicas administrativas. E lembrando também que tem ainda a resolução 02 que também trata da questão da simbologia dos (DGAs). Então era isso que eu queria esclarecer. Obrigada.

Presidente: Obrigado, conselheira. (Orlando).

Orlando: (Orlando), (Sinte), segmento usuário. Boa tarde a todas e a todos. No expediente relevante nós temos 2 casos aqui, senhor presidente e secretário, para socializar. 1 é sobre a portaria número 040, de março de

2015, que repassa 18 milhões para os municípios com base no incentivo financeiro. Ele tem aqui alguns pontos que procedem, mas faltam alguns detalhes, não sei se teria condições de o secretário nos informar melhor sobre essa portaria que foi inclusive perguntado para a comissão. A outra para socializar é a situação do (Hospital São Camilo), que é a (OS) lá de (Rondonópolis), hoje eu recebi comunicado do companheiro conselheiro do município que está informando que os médicos paralisam a partir de amanhã por problema de pagamentos dos contratos. Tem um prazo de contrato, eles mencionam erro do repasse, fragilidade do contrato e que a partir de amanhã eles estão paralisando as atividades. E, por último expediente relevante que a (Comissão de Planejamento) tem uma preocupação muito grande com relação a isso, inclusive a secretária geral executiva (Luciana) já falou, que é sobre o relatório anual de gestão com relação ao (SARGSUS). E aí eu distribuí algumas cópias para alguns conselheiros e conselheiras e diz assim, "o relatório anual de 2013". Na página seguinte acho que vocês não vão conseguir ler, está colocado assim no (CIOPS), "em virtude do não fechamento do balanço geral do estado do (Mato Grosso), do (CIOPS), não foi alimentado. Dessa forma os dados dessa planilha aparecem zerados. A alimentação do (CIOPS) será finalizada até abril de 2014, não sendo possível a análise dos dados". O que significa isso? Significa dizer que para que essas informações do (RAG) de 2013, de 2014 e já do trimestre de 2015 para que a comissão analisasse para trazer para o pleno foi impossibilitada. Aí a (CES) pediu para que fosse devolvido o (RAG) no período que era para ser analisado de 2013 pelo fato de estarem zerados os dados, não tinha como a gente dar parecer. Só que para isso a (Comissão de Planejamento e Orçamento), que não tinha e não tem poder de devolver sem autorização do pleno, solicitou desse pleno uma resolução para que

fosse autorizado quem tem senha, no caso eu tenho senha do sistema para devolver o (RAG) 2013, só que essa resolução, mesmo aprovada pelo pleno ano passado, ela ainda não foi homologada. A informação que eu tenho através da assessoria jurídica é que tem um parecer da (PGE), e esse parecer da (PGE) talvez o secretário tenha conhecimento ou não, mas para concluir eu proponho que seja ponto de pauta hoje, talvez não dê tempo, mas que seja ponto de pauta das próximas reuniões pelo seguinte, o (Ministério da Saúde) já está perguntando para a gente, "o estado do (Mato Grosso) continua recebendo recursos?". Eu afirmo que sim, agora, mesmo que o (Tribunal de Contas) dê parecer favorável e mesmo que a (Assembleia Legislativa) aprove as contas, esse conselho não avaliou e não aprovou o (RAG), então isso tem penalidade com base na lei complementar 141 tanto para o secretário, para o gestor como também para os conselheiros e conselheiras, ninguém está aqui isento de ser preso a qualquer momento por omissão de informação. Então nós precisamos tirar como ponto de pauta nas próximas reuniões para a gente resolver isso.

Presidente: Obrigado, conselheiro. Tem questionamentos que merecem respostas, mas eu gostaria de, tendo em vista a pauta, a gente começar com a pauta e fazer essas ponderações. A (Secretaria de Estado) solicita que o item 3.5 seja ponto de pauta exclusivo da reunião extraordinária. Como ela está trazendo para esse pleno essa consulta, complementarmente gostaria de complementar que se pudéssemos utilizar esse ponto de pauta para poder a apresentar o produto do trabalho da comissão que foi constituída para trabalhar a situação dos hospitais que estão em intervenção e do (Hospital Metropolitano). São coisas distintas, é que está falando em referência à organização social, está propondo uma pauta exclusiva, e nesse momento, tendo em vista que eles já fizeram essa apresentação para a

gente e demorou pelo menos meia hora para cada unidade, então a gente está propondo se o pleno aceita de fazer nesse ponto de pauta a apresentação da situação encontrada no (Hospital Regional de Sinop) e (Alta Floresta). Então estou colocando para o pleno se poderia acrescentar isso nesse ponto 3.5. (Conselheiro Orlando) também faz uma sugestão de ponto de pauta para esta assembleia ou você está propondo para depois, (Orlando)?

Orlando: Eu penso que hoje talvez nós não vamos ter tempo, mas nós temos que pautar para a próxima reunião, porque precisa de esclarecimento, uma apresentação para o pleno.

Presidente: Perfeito. Todos têm conhecimento já da pauta apresentada, a única ressalva com relação ao ponto de pauta a esse 3.5 eu trago primeiramente para nós decidirmos, eu solicito a permanência da comissão que se faz para a gente poder apresentar ou, e entender o pleno para uma outra reunião, eu gostaria de dispensa-los também agora. Então eu coloco em consulta essa proposição que ora é apresentada para o item 3.5. Em regime de votação.

Ambrósio: Presidente, eu pedi, mas eu estou encoberto. O pedido para a extraordinária é 3.5 e vem mais um acréscimo que o senhor solicitou que seriam os contratos juntamente com essa 3.5 para a próxima extraordinária?

Presidente: Estaríamos prontos para poder apresentar aqui o que foi encontrado por esta comissão nos hospitais de (Sinop), de (Alta Floresta), de (Colíder) e no (Metropolitano). Entretanto, pela questão de tempo eu pedi que eles preparassem só a apresentação de (Sinop) e (Alta Floresta) e aí ela pode ser validada para este momento ou ficar para a reunião

posterior com essa pauta de apresentação, discussão e deliberação sobre processo em relação aos contratos, recursos humanos.

Ambrósio: Eu vou fazer uma proposta em cima dessa aqui para que se respeite o tramite e que viesse para a comissão pertinente para que ela avaliasse juntamente com essa comissão que vai apresentar e aí posteriormente as 2 apresentarem ao pleno do (Conselho Estadual de Saúde). É o que o regimento determina, as pautas vindas para esse pleno têm que ser deliberadas, têm que ser avaliadas pelas comissões e posteriormente entrar aqui. Obrigado.

Maurício: Questão de ordem, só para esclarecimento, como a comissão se faz presente, acho que a gente poderia colocar em regime de votação para dar celeridade. Já foi uma demanda de várias reuniões, a gente colocaria em regime de votação e já sairia com uma data da extraordinária.

Presidente: Só mais 1 esclarecimento, até a própria reunião para definição de pauta não deu quórum, então em um lapso aí já e registrado anteriormente e esta pauta chega sem a deliberação da diretoria previamente. Fica registrado que não deu quórum essa reunião.

Ambrósio: Essa reunião com a comissão?

Presidente: Da mesa diretora.

Ambrósio: Sim, mas a mesa diretora só delibera as pautas.

Presidente: É o que está em discussão aqui, conselheiro.

Ambrósio: Discussão, senhor presidente, se faz necessária em função de que há um regimento e esse regimento tem que ser cumprido. Eu faço questão que esse conselho funcione de forma plena. Para ele funcionar de forma plena as comissões têm que funcionar. Aqui são 30 conselheiros com

mais 30 suplentes. Esses 30 conselheiros e esses 30 suplentes têm que trabalhar, porque é assim que o (SUS) precisa da presença dos conselheiros.

Presidente: Muito bom, conselheiro. Temos 2 proposições apresentadas.

Ambrósio: Já que é contrato, para a (Comissão de Planejamento e Fianças) que já se trata de atenção, atenção básica também.

Presidente: Eu não acompanhei a última fala sua, conselheiro.

Ambrósio: Como se trata de contratos, (Comissão de Planejamento, Orçamento e Finanças) emitiu a essa comissão que avaliou os hospitais e para a (Comissão de Planejamento, Orçamento e Finanças) e ambulatorial hospitalar, já que se trata de assistência. E o assunto é contrato.

Presidente: Obrigado, conselheiro.

Orlando: Na realidade havia uma comissão especial que estava cuidando disso, o acompanhamento. Ela não chegou por encaminhamento à (Comissão de Planejamento e Orçamento). É evidente que alguns membros da (Comissão de Planejamento e Orçamento) participaram de uma leitura, mas na realidade não foi bem dessa forma, ou seja, tinha uma comissão, mas me parece que essa comissão foi destituída, não foi convocada, alguma coisa. É isso.

Elisabete: Bom, eu sou (Elisabete), (Federação das Santas Casas). Esta é uma pauta que foi solicitada pelo conselho na última reunião, conselheiro. E penso eu que a sua colocação eu respeito muito, mas vejo isso como um atraso e uma delonga do que nós todos do (Conselho Estadual) estamos cobrando da gestão. Nós todos queremos saber. Uma outra coisa, somos 30, mas as comissões estão vacantes e poucos trabalham. Então aqui eu acho que nós somos todos adultos, isso foi solicitado na última reunião e

eu vejo essa interferência do conselheiro, eu respeito, mas vejo isso como uma delonga no que nós estamos pedindo para saber. Obrigada.

Presidente: Obrigado, conselheira. Acho que nós temos 2 situações apresentadas, a proposta do (Conselheiro Orlando) e do (Conselheiro Maurício) para serem apreciadas. Eu vou designar a proposta do (Conselheiro Orlando) como proposta 1 e remeter essa discussão para a comissão específica antes de vir ao pleno, e a proposta 2 que o (Maurício) apresente é que a comissão está presente aqui e que poderia deliberar sobre essa tomada de decisão. Proposta 1, proposta 2. Em regime de votação, quem é a favor da proposta 1, por favor, se manifeste. 5. Quem se abstém? Desculpa. Em regime de votação, conselheiros que votam na proposta 2, por favor, se manifestem. 7. Abstenções, por gentileza? 1. Bom, por maioria ganha a proposta 2 desse pleno decidir aqui então essa proposição.

Maurício: Senhor presidente, é interessante já sair com a data pré-definida para a extraordinária então. Regimental então, podemos contar a partir de 7 dias mínimo. Mas é interessante a gente já sair com uma data pré-definida.

Presidente: A próxima reunião ordinária será no dia 6 de maio. Então da data de hoje nós temos exatamente 4 semanas antes da próxima reunião extraordinária. Dia 8, semana que vem, dia 15, 22, eu estou falando só as quartas-feiras, e 29. Eu penso que a data da semana entre 20 e 24, ou seja, dia 22 seria um prazo exequível para que a gente pudesse preparar toda essa apresentação e que pudesse passar ainda pela comissão antes de chegar a uma comissão extraordinária aqui desse pleno. Propondo dia 22, uma quarta-feira. Tem alguma proposição contrária a essa data? Porque se

não tiver, a gente coloca em regime de votação a aprovação dessa data para a reunião extraordinária. Em regime de votação, quem concorda com a data de 22 para a reunião extraordinária, por favor, se manifeste. Contrários, por gentileza? Nenhum. Abstenções? 1 voto. Obrigado. Então encaminhado para o próximo dia 22 uma reunião extraordinária com a pauta discussão da situação dos contratos, recursos humanos. Mesmo horário, nessa mesma sala às 14 horas aqui. Eu estou entendendo que nós precisamos decidir a preposição se entraria como ponto de apresentação a situação encontrada por essa comissão nos hospitais de (Sinope) e (Alta Floresta). Coloco em regime de votação concordando eu vou colocar com proposta 1. Em regime de votação, quem concorda, por favor, se manifeste. Ficou claro para todos? Uma vez aprovado por este pleno uma reunião extraordinária para discutir ponto 3.5 de pauta nós estamos trazendo a proposição, (Secretaria de Estado de Saúde), que pudesse ser apresentado para este pleno o trabalho que foi produzido por uma comissão constituída para fazer identificação da situação dos hospitais e intervenção no momento da gestão que assumiu. E além dos hospitais de intervenção, (Colíder), (Alta Floresta) e (Sinope), o hospital que nem sequer sofreu intervenção, é o (Metropolitano). Como eu apresentei, a equipe conseguiria sistematizar a apresentação de cada um deles em meia hora para cada um, então seriam praticamente 2 horas de reunião. Então tendo em vista a densidade da pauta, estou propondo que neste momento apresentasse somente (Sinope) e (Alta Floresta) e a gente poderia depois ver como encaminha para a comissão específica poder tomar pé desse diagnóstico que foi apresentado.

F: Eu tenho uma sugestão que não encaminhe para a comissão, mas sim agende uma extraordinária, porque isso é de fundamental importância de

todos os conselheiros, que nós façamos uma reunião ou incluamos essa pauta na reunião extraordinária próxima.

Zé Alves: Senhor presidente, (Zé Alves), (Crefit), segmento trabalhador. Eu vou sugerir que a gente não exclua nada da pauta, a gente inclua os outros 2 hospitais. Está claro? Obrigado.

Presidente: Em regime de votação, quem concorda com a apresentação neste momento se manifeste, por favor. Por favor, levantem a mão para conferir o quórum. Na extraordinária, pessoal, está pedindo para acrescentar. Por favor, se manifesta contrário? Abstenções? Então está aprovado para acrescentar na pauta da reunião extraordinária dia 22. Por uma questão regimental eu estou sendo orientado que os conselheiros que não tiveram ainda a publicação da nomeação, da indicação, que não se manifestem, porque nós estaríamos rompendo um rito regimental hoje estabelecido, por gentileza. Bom, então eu vou agradecer a presença dos membros da comissão. O primeiro ponto de pauta, apresentação, discussão e deliberação sobre a vacância da vice-presidência do (Conselho Estadual de Saúde), e aí está aos cuidados da assessoria jurídica do conselho, comissão eleitoral e ética do conselho. O parecer que chegou aqui para a presidência, "a comissão especial permanente e eleitoral e ética do conselho, reunida na data de 27 de março, às 9 e 30 horas, na sala da secretaria geral do conselho para tratar de assunto referente à seguinte pauta, vacância da vice-presidência do (Conselho Estadual de Saúde) deliberou pelos seguintes encaminhamentos. A, eleição do vice-presidente do conselho estadual para completar o mandato biênio 2014 e 2015. B, poderão ser candidatos a vice-presidente do conselho estadual apenas conselheiros titulares. C, a eleição do vice-presidente do conselho estadual poderá ser realizada na reunião ordinária do dia primeiro de abril ou poderá

ser aberto processo eleitoral para eleição da próxima reunião ordinária do conselho estadual, a critério do pleno do conselho. É o parecer que submetemos à apreciação do pleno". Assinam os conselheiros (Ambrósio), (Davi Numário) [00:35:15], (Antônio José Amorim) e (Marcione Mendes). Então aqui nós temos uma proposição, um parecer da (Comissão Especial Permanente Eleitoral e Ética) para que seja apreciada por esse pleno.

Ambrósio: Senhor presidente, só para esclarecer o ponto C, lá em cima nós abrimos observação como eleição do vice e aqui na letra C nós deixamos na deliberação do pleno, o que nós naquele momento achávamos que poderia não haver candidato. Só abrindo para o pleno que eu acho que hoje está todo mundo aqui, todo mundo à vontade de ser candidato.

Presidente: Obrigado, conselheiro. Alguém mais? Nós temos 2 assertivas e 1 consulta, pelo que eu entendi. A eleição para completar o biênio é uma recomendação e poderão ser candidatos apenas conselheiros titulares. Eu entendo que coloque para apreciação desse pleno é tomar a decisão de fazer a eleição nesta reunião ordinária ou remeter para a próxima reunião ordinária do conselho. Ou deflagrar o processo para eleição na próxima reunião ordinária.

Osiel: Presidente, só uma questão de esclarecimento. Eu queria consultar a mesa no sentido de se pode ser por aclamação essa eleição e se tem, dentre os conselheiros, alguém que é candidato a vice-presidente. E que se manifeste para a gente analisar.

Presidente: Bom, primeiro a resposta pode ser por aclamação e o segundo questionamento, eu gostaria que se manifestassem os candidatos, os possíveis à vice-presidência. Quem são? (Sueli), por gentileza, estão falando seu nome.

Sueli: Gente, eu acho que eu não tenho esse perfil para vice-presidente, embora desde ontem, eu fico até sem jeito, estão falando. Mas eu não sei.

Presidente: Então você está colocando seu nome à disposição, (Sueli). (Zé Alves), por favor, o microfone.

João Inácio: (Conselheiro João Inácio), do segmento dos usuários. Eu queria propor como candidatura também o (Conselheiro Orlando) para também concorrer à vice-presidência, dado que ele tem feito um trabalho extraordinário de acompanhamento das comissões. Minha proposta seria de que ele fosse candidato.

Presidente: Obrigado, (João). Muito pertinente e adequada a sua sugestão. Vamos consultar o conselheiro posteriormente. Quem mais se habilita como candidato? Ninguém mais se manifestando nós consultamos o (Conselheiro Orlando).

Orlando: Bom, eu esperava por essa provocação e a gente nunca foge dos desafios, mas eu quero aqui dizer para as companheiras e os companheiros conselheiros que eu precisaria fazer essa consulta com o (Sintep/Mato Grosso), que a direção do (Sintep) vai homologar ou não a minha candidatura. Se fosse nas próximas datas, talvez na próxima data, daria tempo de a gente consultar e ser candidato. Nessa condição eu precisaria consultar a minha base, porque meu tempo é muito escasso e precisa debruçar o dobro do que a gente tem debruçado. Para o momento eu acabo indicando também o nome da companheira (Sueli). E agradeço a credibilidade.

Sueli: Posso falar? Em termos de tempo, (Orlando), meu tempo também é pequenininho, porque eu dedico ao conselho e tem também atividade da educação popular. Então em termos de tempo estamos empatados.

Marcione: Questão de ordem, presidente. Com relação aos encaminhamentos, salvo melhor juízo, existe uma votação que não foi determinada ainda com relação ao parecer, se essa eleição ocorrerá agora ou na próxima ordinária. Aí após isso, penso eu, após essa votação, se é para ser agora, a indicação dos candidatos.

Presidente: (Marcionei), agradeço a ponderação, acho que está pertinente e eu remeto ao pleno, colocamos em regime de votação o parecer, se a eleição se dá nesta assembleia ou se remetemos o processo eleitoral para a próxima reunião ordinária. Então proposta 1, nesta data, proposta 2, desencadeamos o processo eleitoral para que a eleição aconteça na próxima reunião ordinária do mês de maio. Em regime de votação, quem é favorável a que a eleição aconteça hoje, por favor, se manifeste. 5 pessoas. Em regime de votação, quem é a favor da proposta 2, se manifeste. 5. Abstenções, por gentileza?

F: Eu fiz abstenção porque eu tinha uma outra proposta, que era ficar para a extraordinária.

Presidente: Eu acho que em busca da unicidade que nós temos que perseguir a toda prova e seremos muito provados nesse processo, eu entendo que a ansiedade por tomada de decisão pode, na verdade, criar algumas situações não desejadas. E como o (Orlando) não está declinando do apontamento, mas precisa consultar exatamente quem ele representa, eu acho que é um encaminhamento que só garante unicidade aqui. Então nesse sentido eu entendo que postergar em 1 mês só contribui e fortalece o conselho.

M: Eu tenho uma sugestão de nome aqui também, tinha falado com a (Sueli) desde ontem o nome dele, mas acho que uma das pessoas que vem conduzindo também é o (José Alves).

Presidente: Eu agradeço, mas como a gente entrou em regime de votação, questão regimental, (José Alves) acho que fica muito lisonjeado do seu apontamento, lembrança. Não sei se ele fala assim, "graças a Deus passou tardiamente". Então a gente dá encaminhamento que a (Comissão Eleitoral), uma vez instituída, se reúne para dar os desdobramentos para que aconteça a eleição no dia 6 de maio, perfeito. E aí é possível já estabelecer um prazo para que o (Conselheiro Orlando) faça apontamento da consulta às suas bases. Aí dá essa devolutiva para a (Comissão Eleitoral), perfeito. Gostaria de registrar aqui a dedicação que a (Comissão Permanente Eleitoral e de Ética) fez trazendo esse subtrato para que a gente pudesse decidir. Dando como esgotado esse primeiro ponto e trazendo o ponto 3.2, apresentação, discussão e deliberação sobre a minuta do regimento interno da (8ª Conferencia Estadual de Saúde). Aí ficaria a apresentação aos cuidados da comissão daquela conferencia. 10 minutos para apresentação. Quem o fará? (Dra. Flávia).

Dra. Flávia: Boa tarde, presidente, conselheiras, conselheiros, demais presentes. Meu nome é (Flávia), eu estou fazendo as vezes de assessora jurídica do (Conselho Estadual de Saúde) e da (Conferencia Estadual de Saúde). De acordo com as reuniões e os encaminhamentos feitos na comissão organizadora da oitava conferência a gente elaborou uma minuta que foi encaminhada com antecedência no e-mail de vocês. Aí eu recebi uns destaques até hoje meio dia e eu inseri os destaques que eu recebi com antecedência e queria saber se eu poderia ir direto a esses destaques, já que acredito que todo mundo já tomou conhecimento prévio do texto, para

a gente poder ganhar tempo. Gostaria de saber se a metodologia poderia ser essa, eu gostaria que o presidente colocasse em votação ou se alguém teria alguma outra proposta, de repente se alguém já trouxe algum destaque e já queira colocar agora ou mais ao final? Eu queria passar a palavra para o presidente para definir isso.

Ambrósio: Boa tarde a todos e todas novamente, (Conselheiro Ambrósio). A minuta está pronta, é essa aqui, depende da aprovação, da deliberação do (Conselho Estadual de Saúde) para deflagrar todo o processo. A comissão já está eleita, foi eleita na ordinária anterior, mês passado, e aqui cabe, como a (Doutora Flávia) disse ao pleno, foi colocado à disposição de todos através dos e-mails e aí fica a critério do pleno se aceita essa metodologia ou se vamos rever artigo por artigo, capítulo por capítulo, assim chegando à deliberação. Entretanto, digo que é longo, extenso e o tempo vai ter que dobrar ou triplicar para a devida deliberação e apreciação de todos. O critério é do pleno, o pleno delibera nesse quesito.

Orlando: (Conselheiro Orlando), (Sintep), segmento usuário. Penso o seguinte, como tem as propostas de emenda, até que sejam repassadas as propostas de emenda como a (Doutora Flávia) colocou, aí quem tiver destaque depois pede alguns destaques. Eu, por exemplo, tenho uns destaques aqui que podem ser após a apresentação.

Marcelo: Eu gostaria que fosse mais detalhado, porque feito às pressas pode ter algumas falhas que passam despercebidas. Mesmo que seja longo. Então colocar em votação, minha proposta é que seja detalhado, mesmo que rapidamente, mas que a gente possa fazer essa análise mais profunda.

Presidente: Perfeito. Temos 2 encaminhamentos para a metodologia desse esgotamento desse ponto de pauta. Primeiro, se ater somente às

considerações destaques já apresentadas, proposta 1. E a proposta 2 de fazer a análise desse pleno na íntegra do artigo, de 1 a 1. Então proposta 1, só destaques já apresentam. Proposta 2, na íntegra. Em regime de votação. Quem concorda só com análise e aprovação dos destaques somente? 10 conselheiros a favor. Conselheiros a favor da metodologia de fazer análise na íntegra do regimento, por favor, se manifestem. 4. Abstenções? Não. Então aprovado pela maioria, nós amos nos ater somente aos destaques apresentados. (Dra. Flavia) acho que assume nesse instante.

Dra. Flávia: Só para esclarecer, a gente vai discutir os destaques, mas se alguém quiser ir analisando e discutir os outros artigos, porque no final o documento vai ter que ser aprovado na íntegra. O artigo segundo da minuta que trata do temário da conferência, que é "saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas, direito do povo brasileiro", no início só ia ter 1 eixo temático, que é "o direito do povo brasileiro", o tema da conferência ia ser "saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas" e o eixo temático, o único "direito do povo brasileiro". Depois com a edição do decreto sem número e da resolução 500 do (Conselho Nacional de Saúde), que trata do regimento interno, ficaram definidos 8 eixos temáticos, que são esses que estão no quadro. E com a realização da décima nona plenária nacional parece que foi feito encaminhamento de agrupar, a oficina só repassou, esses eixos temáticos em 4 por uma questão de economicidade, porque se forem 8 eixos temáticos, nós vamos precisar de 8 salas, 8 monitores, pode ser que tenha muita conversa paralela e que fique difícil de administrar isso. Então houve uma proposta de agrupar em 4 eixos temáticos esses 8 eixos sem suprimir nenhum e essa proposta foi repassada lá na primeira oficina que aconteceu ontem. Então eu estou repassando para vocês que aí esses 8 eixos temáticos seriam divididos em 4, que seria

gestão estratégica e participativa, que incluiria participação social, reformas democráticas e populares do estado, outro que trata da gestão do (SUS) que incluiria financiamento do (SUS) e relação público privado, valorização do trabalho e da educação em saúde, ciência e tecnologia, inovação do (SUS), informação, educação e política de comunicação do (SUS) e modelo de atenção, direito à saúde, garantia de acesso e atenção de qualidade, gestão do (SUS) e modelo de atenção à saúde e o quarto eixo seria direito à saúde, garantia de acesso e atenção de qualidade.

Presidente: Pelo que eu entendi, o (Conselheiro Orlando) não está vendo relação entre o item A, financiamento do (SUS) e a relação público privada?

Ambrósio: Senhor presidente, na oficina que nós realizamos, na construção coletiva ontem lá foi a deliberação da oficina que pudesse agregar, das 8 formassem 4 de acordo com as proximidades de assuntos preestabelecidos. E assim a comissão procedeu e trouxe para o pleno para apreciar se ficam as 8 propostas do jeito que lá estão, os 8 eixos, ou se a gente agrega essa situação dentro do princípio que ela falou, do princípio da economicidade e da reciprocidade de acordo com os assuntos aqui estabelecidos. Então teve um problema ontem de vírus no aparelho e até fechar nós não tínhamos conseguido consolidar. Pegamos agora com a equipe do (Camil) que nos forneceu o trabalho que eles tinham em mãos e trouxe para a gente, que a gente está consolidando agora. Aqui é o critério da avaliação, a atribuição é do pleno deliberar favorável ou desfavorável. A comissão só apresenta.

João: (João), do segmento usuário, da (Upan Informática) [00:56:45]. Uma ponderação em relação a esses eixos, ontem eu só pude participar da parte da manhã na oficina. A argumentação para que se agrupe foi meramente

financeira, a operacionalidade das salas e o monitoramento e (Datashow), etc. e tal. Mas a gente teria que se perguntar pela eficácia de juntar 2 temas que às vezes são muito dispersos. Olhando agora a quantidade de conselheiros ou de membros que participarão dessa conferência pelo levantamento por municípios, 768 mais os conselheiros e suplentes estaduais dá um contingente em torno de 800 pessoas. Então cada plenária seria formada por 200 pessoas. Cada uma vai conseguir esgotar o assunto? Em termos de praticidade, de conseguir avançar nas discussões eu penso que mantendo os 8 eixos vai ser mais produtivo, porque possibilita a gente participar com mais profundidade cada temática, que são 8 grupos trabalhando ao mesmo tempo 8 temas, dá mais tempo de aprofundar. SE a gente agrupar significa que cada grupo vai dobrar o tempo de se debruçar sobre os pontos. Então a gente teria que avaliar sob o ponto de vista do ganho, o que seria mais produtivo. Me parece que o mais produtivo seriam os 8 eixos.

Marcelo: Ao mesmo tempo que concordo com o (João) também discordo, porque em 8 salas diferentes, se nós colocássemos pessoas que já vêm estudando os temas preparados, as discussões não seriam tão longas. E 8 grupos diferentes se estenderia muito, seria um evento muito grande, muito disperso. Então eu gosto ainda do modelo com 4, mesmo que tenha assuntos divergentes, desde que tenha sido estudado com antecedência pelos conselheiros municipais e estaduais.

Sueli: O (João) tem razão quando ele coloca que se a gente discutir eixo por eixo vai ficar mais rica a discussão. A questão lá em (Brasília) que (Cuiabá) propôs eu acho que não é bem como a (Flávia) colocou da questão financeira, mas é a questão do tempo. Em (Brasília) nós tivemos 2 dias para discutir, então eram mais ou menos 400 participantes. Então se dividisse

em 8 para depois no final fechar iria ser complicado, então por isso que agregou. Mas eu penso que se a gente, como vai ser discutido nas conferencias municipais e cada município vai ter a autonomia de construir e de fazer do seu jeito, aqui não é uma imposição de que seja desse jeito, eu acho que se na nossa conferencia a gente achar que é possível fazer eixo por eixo respeitando, eu acho que vai sair um produto mais rico mesmo para a conferencia estadual. E ontem também a gente teve 1 dia só, então era impossível a gente trabalhar eixo por eixo em 1 dia de oficina, por isso que a gente adotou essa metodologia de agregar. Era isso que eu queria esclarecer.

Orlando: (Orlando), (Sintep), segmento usuário. Eu quero aqui defender a tese do (João) pelo seguinte, se nós temos 600 delegados, nós teremos 8, perdão 75 na lógica de 8 eixos. Nós vamos ter 150 participando na lógica dos 4 eixos, se for trabalhar com 600. Isso não produz, isso não é a forma correta de se debater e discutir. Se o termo é economicista, é melhor nem realizar a conferencia. O prazo e o tempo de realização têm que acontecer em uma condição pelo menos razoável, então 75 é razoável, 150 não é. A gente tem experiência disso. Embora eu já tenha recebido aqui algumas orientações sobre o aproximado de eixos, financiamento do (SUS) e relação público-privado e gestão do (SUS) e modelo de atenção à saúde. No bojo tem uma relação direta, mas não é bem assim. Participação social com reforma democrática popular do estado tem a ver, tudo bem, mas ainda não é consistente o suficiente para que a gente tenha argumento para sair dos 8 eixos e vir para os 4 eixos. Então eu entendo que a tese do (João) é a mais consistente.

Siriana: Boa tarde. (Conselheira Siriana). Só fazer um esclarecimento em relação à oficina que aconteceu no dia de ontem, houve a participação de

60 pessoas entre conselheiros, técnicos da (CES) e convidados e lá nós fizemos uma discussão trabalhando a metodologia para ser aplicada junto aos conselhos municipais. Orientava só. Na realidade a gente faz uma sugestão, porque os municípios têm autonomia de adotar metodologias próprias e a nossa ideia era criar um material para que possa subsidiá-los nessa situação. Como o nosso tempo lá era pequeno, nós optamos por fazer a discussão dessa metodologia em 4 eixos, mas desde o início deixamos todos cientes de que aquela comunidade que ali estava não tinha essa autonomia para deliberar e dizer, "não, a conferência estadual e dos municípios será decidida em 4 eixos", nós não fizemos. Há uma recomendação da nacional de que o faça por uma questão de otimização de tempo, de recurso financeiro e outras coisas lá que a (Geni) esclareceu para a gente, mas, repito, nada obrigatório. Nós trabalhamos ontem informação, educação, política e comunicação do (SUS) junto, consciência, tecnologia e inovação, reformas democráticas e populares junto com participação social, direito à saúde, garantia do acesso e atenção à qualidade junto com valorização do trabalho e da educação, financiamento do (SUS) em relação ao público-privado junto com gestão do (SUS) e modelos de atenção à saúde e um outro eixo foi informação, educação e política de comunicação do (SUS) junto com ciência e tecnologia e inovação do (SUS). Então a gente agregou os eixos para otimizar o nosso tempo, sendo que, volto a esclarecer, o material que será produzido provavelmente pela comissão científica e que vai aproveitar todo esse material que foi construído pela oficina, que foi uma metodologia muito bacana, ela foi realmente construída, vão ser agregados. Então essa oficina deu sugestão de utilização de vídeos na parte de educação, de artigos, de temas que venham a subsidiar o trabalho dos municípios. Então a ideia é

que esse material fique pronto, mas ele irá contemplar os 8 eixos aqui postos, foram agregados pelo motivo que eu disse, mas todo material que será encaminhado para os conselhos municipais de saúde contemplarão os 8 eixos, isso os senhores não precisam ficar aflitos. É isso.

Edvand: (Edvand), do (Movimento Negro). Eu vejo até respeitando a oficina exatamente a oficina foi gasto o dinheiro ontem para dar esse pontapé inicial. Eu acho que toda a discussão e a elaboração foi realmente criar esse diagnóstico e agrupamento do eixo foi bem aceito ontem, acho que todo mundo inclusive ontem saiu de lá com a proposta ou de texto orientativo já agrupado. Chegar aqui agora nós modificamos, a gente gastou dinheiro à toa ontem e perdemos tempo. Então eu defendo o agrupamento, até porque eu participei do grupo 4, cada palavra chave daquela é um livro, saúde, direito, qualidade, acesso, então vai depender muito da qualidade dos delegados, do conhecimento dos delegados. Nem todo mundo vai falar, mas todo mundo vai ouvir, vai acompanhar, porque vai depender muito da qualificação dos delegados que virão. Acredito que o maior debate vai se dar no município devido ao interesse do município, inclusive foi falado muito de fazer uma avaliação das conferências anteriores, fazer um diagnóstico, uma avaliação com a atual gestão, que é um dos temas que precisam ser agrupados aí. Obrigado.

Ana Boabaid: (Ana Boabaid), (NEON). Eu fico preocupada quando a gente aqui delibera e convoca todo esse pleno, 60 conselheiros onde a gente também teve todo um trabalho dos trabalhadores daqui, os gentes sociais que participaram, onde nós tivemos gente que veio de (Cáceres), de (Rondonópolis), de (Diamantina) e os que não estiveram lá, não participaram não podem desqualificar um trabalho de um grande grupo que ainda está militando pelo (SUS) e que ficou até tarde da noite ali. Não

está excluindo nenhuma proposta, estão se juntando informações de um grupo. Então eu acho que não podemos desqualificar essas pessoas que trabalharam, senão vai ficar autoritário. Que democracia é essa que nós estamos falando? A conferencia vem fortalecer a democracia. Que democracia é essa que de repente reúne, gasta-se dinheiro público, encaminha e desqualifica em seguida. Acho que esse pleno aqui não pode desqualificar de forma alguma, vai ficar muito feio para nós. E outra coisa, eu trouxe hoje através da (Conselheira Leila), que foi coordenadora a sétima conferencia, 20 (CDs) dos anais da conferencia, que na época não teve recurso para ser produzido, foi arrumado através do coordenador da plenária, quase R\$200,00, e foi produzido esse (CD) que foi na época entregue para todos os conselheiros, uma produção dos trabalhadores de (Nil) [01:09:11], que era secretário na época e vem fazendo todo esse trabalho para a gente. Então eu quero repensar sobre isso. (Leila), eu queria pedir, senhor presidente, passar para a ex-coordenadora da plenária, que ela queria colocar alguma coisa sobre a plenária, que ontem nós colocamos muito sobre rever a plenária anterior. Aí tem que colocar em votação.

Presidente: Eu gostaria de garantir a fala dos conselheiros inscritos, depois nós remetemos ao pleno a consulta. Estão inscritos ainda a (Conselheira Ana Paula), (Conselheiro Ambrósio) e (Conselheira Tania).

Ana Paula: Eu queria depois só ler para vocês como ficaria a redação desse agrupamento, porque não foi no material de vocês, tendo em vista o que foi uma propositura de ontem. Pode ser agora?

Presidente: Eu consulto aos conselheiros que estão inscritos. (Dra. Tania), vamos garantir a fala. (Conselheiro Ambrósio)? (Conselheira Tania).

Tania: (Tania Trevisan), (Conselho Regional de Farmácia). Eu queria colocar justamente isso, eu não pude participar da oficina ontem, mas como aqui bem colocado, várias pessoas inclusive conversando com a (Margarete) o empenho da secretaria em realizar esta oficina. Eu acredito que o trabalho que saiu daí, como foi dito aqui, é o início da conferencia, então eu acredito que o resultado dali, apesar de que muitas vezes a gente pensa, "se for separadamente vai sair o melhor produto", mas tudo vai depender de como serão conduzidos esses grupos. Então eu acredito que os condutores desses grupos terão que ser bem escolhidos para que o produto seja realmente otimizado. Então eu gostaria de respeitar o trabalho que saiu dessa oficina de ontem, é esse o meu posicionamento.

Presidente: Eu consulto o pleno, garantir fala da coordenadora da sétima conferencia estadual. (Leila Boabaid), eu estou consultando ao pleno, garantimos palavra para ela? Por favor, quem é favorável permaneça como está. Perfeito, (Leila), por gentileza.

Leila Boabaid: Boa tarde a todos e a todas. Obrigada. Não é fácil fazer conferencia em um momento desses. Mas conferencia é isso aí, é a hora de a gente mostrar nossa militância, nossa vontade e buscar aprimorar as conquistas do (Sistema Único de Saúde). A nossa sétima conferencia não foi diferente da que já está começando a delinear agora, mas pelo menos vocês têm um diferencial, o gestor, não estou puxando brasa para você, secretário, mas o gestor está empenhado, e isso é um ponto muito favorável, e o resto depende de nós. Eu tive muita dificuldade na sétima conferencia, mas graças ao apoio, isso que eu queria colocar para vocês, dos trabalhadores do (SUS), nós fizemos uma estratégia usando todas as nossas 16 regionais como nossos apoiadores nos municípios, que a gente não tem perna para chegar até os 141 municípios e é uma estratégia que

deu certo, não precisamos gastar muito dinheiro, porque as áreas já tinham recurso no (PTA) e todas as superintendências colaboraram com a conferencia. Utilizamos os veículos das regionais que vão até os municípios, eles faziam ações casadas, então a gente conseguiu fazer de uma forma que a gente atingiu os 141 municípios. Outros parceiros também que a gente tem que buscar é o (COSEMS), é gestão. Mas o (SUS) a gente tem que trabalhar em conjunto, trabalhador, governo, usuário. Se a gente ficar nesse enfrentamento, "porque só usuário tem que ir fazer conferencia". Negativo, o (SUS) quando foi pensado, ele foi pensado paritariamente, governo, trabalhador e usuário. Então todos nós temos esse compromisso com essa política. Mas o que eu queria colocar para vocês é a preocupação que eu fiquei quando a gente conseguiu dar legalidade, legitimidade para esse relatório final. Ele foi aprovado na plenária final, foi uma beleza, estavam 740 delegados do estado aqui no hotel fazenda. E depois da conferencia o pleno aprovou, homologou o relatório final, tudo como a lei manda, e a secretaria de estado não publicizou e eu fiquei muito triste, porque é um produto que foi construído de forma ascendente, os municípios gastaram recurso, fizeram esforço, toda sociedade civil organizada manifestou o que eles querem para a saúde, chegou em nível de estado, culminou com esse relatório final e ele está muito bem organizado, tem pessoas aqui que trabalharam muito como a (Siriana) que está aqui, guerreira, trabalhou muito bem na relatoria, os técnicos da (CES) que também participaram, ajudaram, os conselheiros. E eu fiquei pensando, "mas meu Deus, cadê esse relatório?". Como eu sou uma pessoa de guardar muitas coisas e (Edvand) já tinha arrumado esse recurso para a gente, eu guardei esse (CDzinho) e está aqui para vocês, porque, secretário, não se faz um plano estadual de saúde, isso é por lei, não se faz um plano

estadual de saúde assim, esquecendo que existe um relatório deliberado por toda uma população de (Mato Grosso). Foi um descaso total. Não foi porque eu fui a coordenadora, acho que há que se respeitar a democracia e isso é por força de lei. Então eu peço para o senhor que determine que as áreas técnicas da secretaria de estado, que são trabalhadores e entendem isso, que eles avaliem esse relatório minimamente para ver o que foi realizado e o que não foi realizado. E que o senhor encaminhe todas as deliberações que foram feitas para a (Assembleia Legislativa), para outras instituições, para quem de direito como está organizado no relatório, para essas autoridades tomarem conhecimento do que a população de (Mato Grosso) quer desse (Sistema Único de Saúde). É só isso. No mais eu agradeço e estou a inteira disposição de vocês, porque eu amo a política do (SUS), que é nossa, é do povo brasileiro. Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, (Leila). É perceptível o quanto isso contagia quem vivenciou uma conferência na coordenação e enfrentou todas as dificuldades que só quem passa por ela sabe relatar isso. Eu gostaria de antes colocar em regime de votação fazer um destaque aqui, a oficina que foi programada para o dia 19 de março teve a confirmação até no dia anterior a oficina era de apenas 17 conselheiros, em função disso, vou falar assim, decidimos, estou falando nós, que iria acontecer no dia 31 e com investimento da importância dessa construção, todos nós dedicamos esforços para que ela acontecesse como aconteceu com a participação muito importante e contundente no dia de ontem. Então eu acho que a gente deveria registrar isso aqui quando a gente está colocando o que é possível dentro do convívio nosso da democracia de estado das divergências de opiniões. Esse momento é o pleno da divergência, ela tem que ser externada, mas nós temos que tomar o cuidado de, com essa

ansiedade, não desrespeitarmos o trabalho que foi dado e foi validado por esse pleno mesmo.

Orlando: Só 1 esclarecimento, o 3.2 diz assim, "apresentação, discussão e deliberação sobre a minuta do regimento interno da 8ª Conferência Estadual de Saúde, comissão organizadora", ou seja, teve aqui intervenção dizendo que a gente desrespeitou a oficina. Quem fez as intervenções, por exemplo, a minha intervenção e a intervenção do (João) não foi desrespeitando a oficina, porque aqui está dizendo que é discussão e deliberação do regimento. Quando a gente colocou lá que prejudica os 4 itens ao invés de deixar os 8, isso não é um desrespeito à oficina. Pelo menos foi a intervenção da companheira (Ana) que disse que está tendo um desrespeito à oficina. Não houve desrespeito à oficina, porque se eu não posso me inscrever para propor ou debater o que está aqui na pauta, eu me retiro, porque aqui está colocando para discutir. E quem aprova é o pleno. A oficina foi muito bem pensada, trabalhou, mas ao mesmo tempo o pleno decide.

Siriana: Eu gostaria de um pequeno esclarecimento em relação à colocação da (Dona Leila), agradeço, (Dona Leila), e gostaria de informá-los que o plano estadual de saúde está sendo trabalhado novamente e que ele está utilizando o nosso consolidado, os nossos trabalhos. A equipe tem trabalhado, eu pessoalmente também cedi um arquivo para eles e tenho feito esclarecimentos à medida em que eles estão me solicitando, eu tenho colaborado.

Ambrósio: Presidente, anteriormente eu estava inscrito, não queria entrar no debate para a gente dar encaminhamento. Entretanto, entrou na oficina e as coisas meio que desviaram. O senhor sabe que eu e o senhor já tivemos

uma discussão em relação a questão das diretrizes da conferência em função de que o (PPA) está sendo construído e automaticamente o (Plano Estadual de Saúde) também será construído. Aproveitando esse momento e vocês sabem que eu sou legalista, eu faço questão que as coisas que estão escritas na legislação são para se cumprir, e aproveitando a fala da conselheira, então são 2 momentos, o momento em que você vai avaliar aquilo que a sétima realizou e um outro momento é essa diretriz que vai sair da oitava. Nós temos alguma propositura da própria comissão para averiguar se nós conseguimos colocar essas diretrizes dentro do (Plano Estadual de Saúde). E temos mais outra proposição que deve sair daqui para o (Conselho Nacional da Saúde) para que se reveja a questão de se colocar a conferência nacional lá tão distante e automaticamente comprometendo as diretrizes dos estados, porque até agosto tem que estar na assembleia. Então nós temos um problema sério que tem que ser resolvido. E é o que eu digo, eu fico preocupado com a democracia, os eixos falam da democracia, a gente vai daqui sair propostas tanto para a conferência nacional para a modificação das datas, porque é preciso terminar a conferência, fazer o consolidado, fazer os anais, entregar a todas as instituições que vão avaliar e averiguar se as diretrizes estão instituídas no (Plano Estadual de Saúde). É só para contribuir para que a gente possa realmente andar. A deliberação, senhores, é bastante democrática, mas deliberação é do pleno estadual de saúde. O que nós trouxemos da oficina é proposta, quem delibera, quem avalia é esse pleno aqui. Então o conflito é natural.

Presidente: Então se tiver entendimento equivocado dessa presidência, peço que me corrija, mas então voltamos à proposta. Correto? Então (Doutora Flávia) está apresentando o produto da discussão da oficina de

ontem e teve uma proposição apresentada aqui de que trabalhe com os 8 temas ao invés dos 4, como apresentados. Então eu consulto ao pleno se nós decidimos aqui em regime de votação a proposta como apresentada ou a ponderação apresentada hoje nesta assembleia.

Dra. Flávia: Então, essa proposta de agrupamento dos eixos temáticos foi uma metodologia de trabalho da plenária e que como ela foi adotada na plenária, esse agrupamento foi adotado lá, foi trazido na oficina, porque essa oficina era para construir o material para as conferencias municipais. Mas a conferencia nacional ainda está dividida em 8 eixos, é isso que eu quero esclarecer, se alguém tiver alguma coisa contrária, que pedisse a palavra. E eu quero fazer a leitura do artigo segundo então. "A (8ª Conferencia Estadual de Saúde) tem como tema saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas, direito do povo brasileiro. Parágrafo primeiro, os eixos temáticos da (8ª Conferencia Estadual de Saúde) são, inciso 1, direito à saúde e garantia de acesso e atenção de qualidade. Inciso 2, participação social; Inciso 3, valorização do trabalho e da educação em saúde. Inciso 4, financiamento do (SUS) em relação público-privado. Inciso 5, gestão do (SUS) e modelos de atenção à saúde. Inciso 6, informação, educação e política de comunicação do (SUS). Inciso 7, ciência, tecnologia e inovação no (SUS). Inciso 8, reformas democráticas e populares do estado". A proposta que foi encaminhada ontem, parágrafo primeiro, os eixos temáticos da (8ª Conferencia Estadual de Saúde) são, inciso 1, gestão estratégica e participativa. Alínea A, participação social, B, gestão do (SUS) modelos assistenciais. Inciso 2, infraestrutura. Alínea A, ciência, tecnologia e inovação no (SUS). B, informação, educação e política de comunicação do (SUS). Inciso 3, modelos de gestão do (SUS). Alínea A, reformas democráticas e populares do estado. B, financiamento do (SUS) em relação

público-privado. C, valorização do trabalhador e da educação em saúde. Inciso 4, modelo de atenção. A, direito à saúde e garantia de acesso e atenção de qualidade.

Presidente: Vamos colocar em regime de votação então.

M: Só 1 segundo, eu fiz a minha intervenção no sentido do prejuízo, na leitura que eu faço, de não manter os 8 eixos, mas eu senti uma certa resistência com relação ao que foi colocado antes do trabalho da oficina. Então acho que para não criar polemica, a não ser que o (João) não concorde, a gente retira a proposta, nós estamos propondo que mantenha os 8 eixos. E a proposta que veio da oficina para 4. Então para não criar polemica, eu estou retirando a proposta, o (João) concorda e eu estou retirando a proposta de manter os 8 eixos.

Maurício: (Mauricio), representante da (CES). Questão de esclarecimento, na verdade os eixos que estão aí estruturados foram feitas sugestões, alterações que não estão contempladas. Por exemplo, no eixo 1, gestão do (SUS) e modelos assistenciais ficou junto de financiamento e relação público-privado. Essa foi uma recomendação da oficina.

Presidente: É o item B no número 1 não seria aí, (Doutora Flávia).

Maurício: Isso, ficou no eixo 3, modelo de gestão do (SUS).

Presidente: É só cortar o item B do item 1 colocar no 3D.

Maurício: Em contrapartida, o item C, a letra B do eixo 3 vai para o eixo 1, valorização.

Presidente: Feito esse equacionamento, eu apresento para o pleno para decidirmos a proposta apresentada pela oficina e a proposta apresentada pelo (Conselheiro João) aqui. Em regime de votação, quem é favorável à

proposição apresentada pela oficina, que está sendo apresentada pela (Dra. Flávia) agora aqui, se manifeste. 11 votos. Quem é favorável à proposta de manter os 8 eixos? 3 votos. Perfeito. Abstenções? Não. Aprovada a proposta vinda da oficina. Só reiterando uma solicitação anterior, os conselheiros que ainda não tiveram o nome ainda publicado em resolução, gostaria que não se manifestassem no processo de votação, por gentileza. (Dra. Flávia), seguindo então por gentileza, só nos destaques apresentados.

Dra. Flávia: O artigo quarto que estava em aberto, a data de entrega dos relatórios das conferências municipais para a comissão organizadora da (8ª Conferência Estadual) a gente tinha colocado até 10 dias antes da etapa estadual. Hoje foi proposto que fosse encaminhado esse relatório até dia 27 de julho de 2015. Eu queria que fosse colocado em votação. Tem 1 observação que a (Conselheira Siriana) mandou que, conforme o regimento da nacional, o prazo para envio dos relatórios da etapa municipal deveria constar em algum ponto do regimento interno, que é até 31 de junho. Aí eu coloquei uma observação, que isso aqui já está contemplado. Só para esclarecer, teve um destaque da (Conselheira Siriana) dizendo que tinha que ter na minuta o prazo de entrega, aí eu estou esclarecendo que na minuta já constava o prazo de entrega no artigo quarto, que era estipular até 10 dias antes da etapa estadual, e hoje foi sugerido pelo (Conselheiro Ambrósio) e (Conselheiro Maurício) até dia 27 de julho de 2015. Aí eu queria saber se alguém tem alguma proposta para se inscrever e para ser votado.

Presidente: Conselheiros, eu consulto se precisa de esclarecimento.

M: Na verdade a preocupação do nosso coordenador, (Conselheiro Ambrósio), é porque o (PPA) tem que ser encaminhado para o (Legislativo) até o último dia de agosto. Então a ideia é receber pelo menos esses

encaminhamentos das conferencias municipais para que a gente consolide e possa discutir junto a gestão da sede na superintendência política se pode ter algum item contemplado no instrumento do planejamento.

F: Esclarecendo ainda, do ponto de vista de relatoria da última conferencia até 15 dias antes da conferencia a gente estava recebendo dos municípios ainda, e isso prejudica os trabalhos. Se esses consolidados vão servir de base também para os nossos trabalhos, eles têm que cumprir o prazo. Eu gostei da sugestão que seja 27 de julho, e não 31, melhora ainda mais para a gente.

Marcione: (Marcione), (Associação Mato-grossense de Deficiente), segmento usuário. Questão de esclarecimento, (Conselheiro Ambrósio) é (PTA) ou (PPA)?

Ambrósio: (PPA), (Plano Plurianual). E o (PES), que é constituído anteriormente.

Marcione: Esquece do orçamento do (PPA), (PPA) é para 2016 à diante, 4 anos seguintes, então não entra. Tem que ser aprovado com esse orçamento desse ano.

M: Não, conselheiro, é que para o planejamento você já tem que antever essas ações, porque já está no processo de construção para o planejamento do (PPA) já que inicia em 2016.

Marcione: Mas que despesa ou que influencia isso tem com a conferencia estadual?

M: Com conferencias municipais, as ações que vão ser deliberadas nas municipais...

Marcione: Estão no (PPA), isso.

M: Esclarecido, obrigado.

Presidente: Muito bom. Acho que as ponderações apresentadas já estão contempladas ali, é só uma questão de consultar o pleno se tem alguma discordância frente ao apresentado. Eu vou inverter a proposta, concordando com o que está apresentado, em regime de votação, por favor, se manifestem. 27 de julho de 2015. 15. Alguma abstenção? Não.

Dra. Flávia: Artigo quinto teve um destaque também. A comissão organizadora procederá a consolidação do relatório final que será apresentado para análise da plenária final da (8ª Conferencia Estadual de Saúde) objetivando fundamentar o debate e orientar o conjunto de propostas para as esferas estadual e federal do (SUS). A sugestão de texto é, "A comissão organizadora procederá a consolidação do relatório da etapa municipal, que será apresentado para análise da plenária final da (8ª Conferencia Estadual de Saúde) objetivando fundamentar o debate e orientar o conjunto de propostas para as esferas estadual e federal do (SUS)". Aí se a (Conselheira Siriana) puder explicar para a gente essa proposta?

Siriana: Esclarecendo, da forma como está escrito semanticamente dá a impressão que é o relatório final da própria conferencia que está acontecendo. A meu ver, deve ser inserido ali, "a comissão organizadora procederá a consolidação do relatório da etapa municipal que será apresentado" não para análise, nós não mechemos no consolidado que vem dos municípios, são autônomos para isso, de lá nós retiramos e levamos para o pleno para votar as que nós vamos encaminhar para a nacional. Então para análise não cabe nessa situação a plenária final da A comissão organizadora procederá a consolidação do relatório final que será

apresentado para análise da plenária final da (8ª Conferencia) objetivando fundamentar o debate e orientar o conjunto de propostas para as esferas estadual e federal. Repito, da forma como está escrito dá impressão de que nós estamos analisando relatório da conferencia que está acontecendo, e não da etapa municipal.

Presidente: Obrigado. Eu consulto ao pleno pela metodologia para a gente ganhar tempo, nós estamos analisando os destaques apresentados. Se este pleno não apresentar nenhuma proposta que diverge, então a gente vai sempre votar, "concorda com o apresentado ou mantém o original?". Então adotando a partir desse momento aqui... destaque no artigo primeiro? Quem concorda com a apresentação feita até esse momento, por favor, se manifeste. Em regime de votação. Estamos em processo de votação, primeiro quem concorda com o que está apresentado, depois eu consulto quem mantém o original. Quem é favorável à proposta apresentada? 11. Quem se abstém? Ninguém. Quem é favorável à proposta original? Ninguém.

Dra. Flávia: Artigo sexto, "a (8ª Conferencia Estadual de Saúde) ocorrerá no período de 23 a 27 de setembro de 2015 em (Cuiabá), (Mato Grosso), com tema saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas, direito do povo brasileiro". Na reunião ordinária do mês passado foi ressaltada a importância de definir a data da conferencia para provocar a convocação pelo chefe do (Poder Executivo) por meio de decreto. Ficou estabelecido esse período, está até utilizado aqui o termo "período", e dentro esse período a comissão organizadora discutiu e definiu que conseguiria realizar essa conferencia no período de 22 a 27 de setembro de 2015, aí a gente está trazendo para votação também do pleno.

Ambrósio: Só para ajudar, em verdade aquela primeira data de 23 a 27 é a proposta dada pela mesa diretora deliberada pelo pleno para que assim se deliberasse. Ao analisarmos, sentarmos a coordenação, percebemos que seria mais viável a data de 22 a 24, de 22 a 25 nós tiramos e deixamos de 22 a 24. Aí nós estamos pedindo ao pleno que desconsidere a deliberação dela do dia 23 a 27 e considere essa nova proposta, que é do dia 22 a 25 de setembro de 2015.

F: Esclarecimentos, em reunião nós concordamos que, em termos de logística, 22 a 25 é muito mais viável. Nós faríamos a abertura 22 à noite, trabalharíamos 23 o dia todo, 24 o dia todo e faríamos a plenária final no dia 25, uma sexta-feira. Facilita o retorno das pessoas, a vinda também, e otimiza a questão das diárias em hotel também. Esse é o nosso maior argumento.

Presidente: Um esclarecimento, secretaria executiva já encaminhou e nós já demos o (start) [01:42:23] solicitando a publicação do chamamento da conferencia, e isso acontecerá com a data como foi discutido, de 23 a 27. O chamamento, e aí tem a ressalva lá que era para a decisão à posteriori desse pleno. Só para evitar mal-estar depois. Então, em regime de votação, a proposta original era 23 a 27 e a proposta depois das discussões está sendo apresentada para o pleno de 22 a 25. Em regime de votação, quem concorda com a proposta de alteração da data se manifeste. 15. Alguma abstenção? Algum conselheiro que vota pela manutenção da data original? Aprovada a mudança da data da conferencia.

Dra. Flávia: Artigo oitavo, que fala da fase de mobilização. A redação original é, "a fase de mobilização que também tem caráter formativo conta com a realização de oficinas com a participação de conselheiras e conselheiros,

movimentos sociais populares e sindicais e a articulação com os municípios para fomentar a realização das conferências municipais de saúde cujos objetivos, conteúdos e metodologias terão por base as definições do artigo primeiro, deste regimento". A sugestão de texto é incluir a área técnica da (CES), foi feita pela (Conselheira Siriana).

Presidente: Consulto ao pleno se precisa de esclarecimento. Não? Em regime de votação, quem é favorável à proposta apresentada? 15 votos. Alguma abstenção? 1 abstenção, (Conselheira Edna). Algum voto à proposta original? Nenhum, perfeito.

Dra. Flávia: Artigo nono, "participam da (8ª Conferência Estadual de Saúde) as delegadas eleitas e os delegados eleitos nas conferências municipais, assim como convidadas e convidados e outros participantes nos termos deste regimento. Parágrafo primeiro, serão delegadas e delegados da (8ª Conferência Estadual de Saúde) as conselheiras e conselheiros estaduais titulares e suplentes em um total de 60, assim como delegadas eleitas e delegados eleitos pelo pleno do respectivo (Conselho Estadual de Saúde) constituindo em seu conjunto 10% do número total das delegadas e dos delegados municipais eleitos nas conferências municipais". Então na conferência estadual a gente tem os delegados eleitos nas conferências municipais de saúde que vêm participar da conferência estadual e os conselheiros estaduais de saúde titular e suplentes são delegados natos. Então nós temos 30 delegados titulares e 30 suplentes, um total de 60. E aí a gente tem os delegados que antigamente se dizia que eram delegados indicados pelo pleno do conselho e agora mudou essa expressão para delegados eleitos pelo pleno, porque o pleno indica e passa por votação. E aí é um número aberto que a gente tem autonomia para definir, mas a comissão definiu 10% do número total de delegados e delegados

municipais na minuta, e o total de delegados e delegadas municipais pelas faixas que a gente definiu que ainda está lá na frente, que ainda vai ser votada, deu a princípio 768... é por população, mas ainda vai ser votado, 768 delegados e delegadas do município, e aí daria 80 delegados eleitos pelo pleno. Como hoje se discutiu e achou que seria muito, o (Conselheiro Ambrósio) e o (Conselheiro Maurício) propuseram 5% de delegados eleitos, que aí arredondando para o múltiplo de 4 dariam 40 delegados eleitos pelo pleno. Eu queria que isso fosse apreciado. Na verdade, seria bom definir o número de delegados eleitos pelo pleno sem trabalhar o percentual, porque a gente ainda vai discutir mais para frente o número, as faixas de acordo com a população de número de delegados que vão participar. Queria que fosse votado se 40 delegados eleitos é um número razoável ou se alguém teria alguma outra proposta.

Antônio Amorim: (Antônio Amorim), (UFMUIT). Senhor presidente, eu sinto carência da informação da conferência anterior, a sétima. Está aí a senhora (Leila) que poderia nos dizer quanto foi tirado na conferência anterior. Nós não estamos inventando a roda, o que nós estamos trabalhando em cima de números?

Presidente: Perfeito, obrigado, conselheiro. (Leila), você teria condições de dar essa informação para a gente?

M: Nós demos uma observada, voltamos atrás, nós tínhamos essa dúvida da colocação, respeitava as deliberações do (Conselho Nacional de Saúde) e aí, ao observar, deixamos a base, porque o próprio regimento estabelece que o piso é a referência anterior. Nós preservamos a referência anterior e, de acordo com a população, colocamos, por exemplo, de 0 a 50.000 4 representantes. De 51 a 100, se não me falha a memória, o intervalo parece

que é esse, nós jogamos para 8. E dessa faixa etária de 100 a 150 posteriormente vamos observar mais à frente, colocamos uma quantidade. (Cuiabá) e (Vargem Grande) e (Rondonópolis) vêm parece com 26 delegados em função de ter um número maior populacional de acordo com o próprio (Conselho Nacional) e a deliberação da própria 141 e da resolução do (Conselho Estadual).

Presidente: Obrigado, conselheiro.

M: Somente corrigindo, conselheiro, é de até 30.0000, 4 delegados, de 30.001 a 100, 12 delegados, de 101.000 a 300, 20 delegados e acima de 300, 24 delegados.

Ambrósio: E para esclarecimento, esses 5% que está dizendo que são eleitos pelo pleno do conselho são pessoas que serão eleitas, trazidas para a comissão e apresentadas ao pleno para deliberação que virão como delegados. São representantes de instituições, de governo e de trabalhadores que também vão se fazer presentes deliberado dentro desse plano. A quantidade que era o problema, se fosse preservar o que o (Conselho Nacional) assim determinou, lá deliberaria 20% em cima do valor total dos delegados municipais, então daria 80. E a gente assegurou uma quantia menor, 40, mas fica aqui à deliberação do pleno para apreciar e se quiserem colocar a mais ou a menos, respeitando o múltiplo de 4 para respeitar a paridade.

Presidente: Perfeito. (Leila), tem alguma coisa a acrescentar na informação do (Conselheiro Amorim)?

Leila Boabaid: Na realidade o nacional já baixou a resolução 500, o (Conselho Nacional), e que ele aqui no final, no regimento interno ele traz essa regra para o nacional e ele diz que tem que utilizar como critério de

equidade territorial a proporção, como ele colocou, de 40 a 60%. Isso eles utilizaram na regra para os estados, e aí descendo você utiliza do estado para os municípios. E eles dizem que tem que observar também, isso tem que ser de acordo com a população para garantir a paridade entre usuários, trabalhadores da saúde, gestores e prestadores. E para fazer esse cálculo tem que utilizar a projeção do (IBGE), isso que é importante. Eu acho que foi observado, não é, (Flavinha)?

Presidente: Faço uma consulta, esclarecimento, para ver se homogeneizamos. A proposta original era 10% e agora está sendo apresentada a proposta de 5% do conjunto limitando ao número de 40 conselheiros do estado de (Mato Grosso) para a conferencia nacional. Indicado pelo pleno.

Dra. Flávia: Delegados para participar da estadual. Aqui está dizendo dos delegados que vão participar na estadual ainda, porque os delegados que vão para a nacional já estão definidos.

F: Já está definido, são 68.

Dra. Flávia: 68, esses são os números de delegados que vão participar da (Conferencia Estadual de Saúde). Aí nós temos os conselheiros estaduais de saúde titulares e suplentes, que são delegados natos, além disso, o pleno tem essa prerrogativa de eleger delegados para participarem lá na conferencia como delegados com direito a voz e voto. Aí esse número de delegados que serão eleitos pelo pleno é que a gente precisa definir agora.

Ambrósio: Acho que tem mais um agravante...

Presidente: Conselheiro, a (Ana) pediu.

Ana Boabaid: Eu estou procurando um destaque que tem relação a uma cota maior para as mulheres. Não tem? É que eu estou no assento das mulheres, eu tenho que buscar nossas vagas.

Marcione: Só uma questão de esclarecimento, por gentileza. Esse percentual de delegados eleitos pelo pleno terão direito a voz, voto e ser votado para participar da assembleia nacional? Quem terá o ônus com essas pessoas? A secretaria também? Estará dentro dos 68? Esclarecido, obrigado.

Presidente: Agora surgiu uma dúvida aqui, são 40 mais 68? Os 40 estão incluídos nos 68, nosso limite é 68 para a nacional, perfeito. Em regime de votação, quem concorda com a proposta apresentada de redução para 5%, por favor, se manifeste. 15 votos. Quem é favorável à permanência do percentual original se manifeste. Abstenções? Obrigado.

Elisabete: Seria 5% com limite de 40, não é isso?

Presidente: Não. E aí por questão de arredondamento, trouxe para 40. Esclarecido.

Dra. Flávia: Parágrafo segundo, atualização dos dados junto ao (Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde), (SiACS), será feito pelo (Conselho Estadual de Saúde) até o dia 30 de abril de 2015. Tem um destaque da (Conselheira Siriana) com a seguinte regularização, "atualização dos dados, sugiro que sejam citados quais dados que seriam do (Conselho Municipal de Saúde) junto ao (Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde), (SiACS), será feito pelo (Conselho Estadual de Saúde) até 30 de abril de 2015". Então seria para especificar que dados têm que ser atualizados no (SiACS)? A sugestão da (Conselheira Siriana).

Presidente: Esclarecimento, (Siriana)?

Siriana: Também é uma questão de semântica, você lê, para quem lê a primeira vez vai ficar, "que dados? De onde?". É só uma sugestão para incluir. O (Ambrósio) já me esclareceu, são os dados dos conselhos municipais de saúde.

Ambrósio: Esclareça aí, secretária executiva.

Siriana: Seu (Orlando) está lembrando que "dados" é muito genérico. Seu (Orlando) está sugerindo ainda quais dados.

F: São os dados da conferencia, os delegados inscritos, os participantes, os convidados, quem foi eleito para a nacional.

Ambrósio: Por gentileza, para prestar melhores esclarecimentos, secretária executiva, (SiACS) qual o significado?

Presidente: Já está ali, (Conselheiro Ambrósio).

F: Os conselhos municipais normalmente ficam responsáveis por atualizar os dados relativos às conferencias municipais. E o (Conselho Estadual de Saúde) fica responsável por atualizar os dados referentes à (Conferencia Estadual de Saúde), é isso, acho que não tem muita dificuldade aí para entender.

Ambrósio: O (SiACS) é um sistema que atualiza dos dados dos conselheiros municipais de saúde juntamente aos dados do conselho estadual e o conselho estadual municia o conselho nacional com esses dados. Agora tem um outro fator, se é um sistema para enviar os relatórios, aí não sei se é aqui no (SiACS) ou em outro momento.

Presidente: São coisas distintas, (Conselheiro Ambrósio). Uma coisa são os dados da conferencia, outra coisa são dados para alimentar no sistema de acompanhamento das conferencias. Eu acho que não tem problema hoje,

uma vez que está delimitando aqui para o (Conselho Estadual de Saúde), a dúvida só era que dados necessitam de avaliação. Do (SiACS), é o único dado que o (SiACS) aceita. Coloco em regime de votação então. Quem concorda com a apresentação feita, por favor, se manifeste. 30 de abril foi o apontamento da conferencia nacional já. Quantos votos? 9 votos. Quem se abstém? 3 votos. Contrários? Nenhum, perfeito.

Dra. Flávia: As plenárias temáticas agora vão ser 4, conforme deliberado. Porque os eixos foram divididos em 4, então vão dividir em 4 plenárias temáticas para decidir os eixos. Os eixos permanecem, mas vão ser discutidas em 4 plenárias. Está claro para todo mundo?

Presidente: São 8 eixos discutidos em 4 plenárias.

Antônio Amorim: (Antônio Amorim), (UFMUIT). Necessariamente para reduzir o eixo precisa reduzir o número de plenárias? Porque os temas foram todos incorporados, diminuíram os eixos, mas transformando em temas que são abordados e uma plenária consegue abordar todos os temas que estão naquele eixo com 1 plenária só?

Dra. Flávia: Não, vão ser 4 plenárias que serão realizadas simultaneamente e a divisão dos temas serão de acordo com aqueles 4 eixos.

Presidente: Que bom.

Dra. Flávia: 1 dos motivos de agrupar esses eixos temáticos foi a questão da otimização, então para otimizar as plenárias temáticas, não seria isso?

Orlando: Mas então o correto seriam 4 grupos temáticos que vão contemplar os 8 eixos. Agora, 1 só plenária, não podem ser 4 plenárias.

Presidente: Perfeito. Reitere, por gentileza. 1 única plenária, 4 grupos temáticos discutindo 8 eixos.

Dra. Flávia: A gente vai ter a plenária de abertura, as plenárias temáticas no plural e a plenária final, porque as plenárias temáticas vão acontecer simultaneamente, 4 plenárias temáticas que vão deliberar sobre os 8 eixos temáticos.

M: Então não tem plenária final?

Dra. Flávia: Tem, depois a plenária final.

Ana Boabaid: Não, na plenária final vai ter a votação, não pode ter várias plenárias, senão esse grupo vota, outro vota, são temáticas diferentes. É 1 plenária só.

M: Ela desconfigura a plenária final se foram 4 plenárias.

Presidente: Temos uma questão conceitual a ser definida aqui. Foi apresentado para consulta e mesmo após a consulta nós mantivemos a proposta de manter os temas da plenária de abertura, plenárias temáticas e plenária final, então nós precisamos equalizar aqui no pleno como fórum de decisão. Como nós vamos tratar isso, como 1 única plenária ou como está apresentado até este momento de plenária de abertura, plenárias temáticas, 4, e 1 plenária final?

Sueli: Gente, eu posso esclarecer? Conforme o que fizemos ontem na oficina, foram trabalhos em grupo, 4 trabalhos em grupo, e no final teve a plenária dos 4, 1 para resolver, senão a gente fica repetindo e fica muito cansativo. Então o trabalho de grupo que é o mais importante, para ter mais tempo para as pessoas falarem, debaterem.

M: Veja bem, os grupos que foram divididos são grupos temáticos, eles não podem ser ao mesmo tempo plenária, porque não vai ser deliberativo. Você não conseguiu explicar. Depois que os 4 grupos temáticos trabalharam, terminaram suas atividades, aí a plenária final que vai deliberar e que vai

definir, tanto que fala no artigo 13 os percentuais de voto que vão ser considerados aprovado ou não. Então são 4 grupos temáticos com 8 eixos e a plenária final que vai deliberar o que foi discutido no grupo.

Ambrósio: Questão de esclarecimento, só para esclarecer, a plenária também será deliberativa. Ela é deliberativa a partir do momento em que a discussão lá para cada assunto atingir 70% da votação, então ela passa a ser deliberativa também. E aquelas que não conseguirem os 70%, ela vem para a plenária final para deliberação da plenária final.

Presidente: Eu acho que a gente pode partir pela questão conceitual, se a gente vai utilizar a palavra "plenária de abertura, plenárias temáticas e plenária final". É fato que a plenária final é maior, é onde faz a decisão final de todo o produto gerado durante a conferência. Seja em grupos temáticos, seja em plenárias temáticas elas vão passar pela apreciação da plenária final, isso é fato. É só uma questão de a gente decidir, porque se nós colocarmos lá o momento de grupos temáticos, não utilizar a palavra plenária, nós temos que alterar a plenária de abertura. Que nome é dado à abertura da conferência?

M: Para mim é o seguinte, se tem que haver a plenária final, o fato de não ir no momento nos grupos temáticos não vai alterar o conteúdo do que se trata, ou seja, a ordem dos tratadores não vai alterar o viaduto. Porque se fosse para ser aprovado, deliberado só o que se discutiu nos grupos e não vai para a plenária final, aí tudo bem. Mas tem a plenária final, é ela que vai deliberar aquilo que é aprovado nos grupos temáticos. Eu não vejo nenhum problema tirar o nome de "plenária" nos grupos temáticos.

Presidente: Vou tentar conciliar o que eu estou incorporando. A gente coloca lá "solenidade de abertura da (8ª Conferencia Estadual)", "grupos temáticos" e a única denominação vai aparecer como "plenária final".

F: Só uma questão, porque não é só uma solenidade de abertura que acontece na abertura, a plenária de abertura também é deliberativa, porque como a conferencia é autônoma, quem de fato aprova o regimento interno é a plenária de abertura da conferencia estadual de saúde, a gente encaminha esse regimento aprovado pelo conselho, mas ele ainda é apreciado na plenária de abertura. Só para esclarecer para a mesa.

Zé Alves: (Zé Alves), segmento trabalhador. Só no sentido de contribuir, eu penso que se põe abertura e tira plenária você desqualifica a instancia de decisão, porque a abertura é uma decisão, tem que submeter a ela a decisão do regimento, então ela é decisória. Salvo engano, tem que manter a abertura como plenária. Eu concordo com as temáticas, porque é discussão de grupo.

João Inácio: Me parece bastante clara a terminologia utilizada, mesmo que utilize o termo plenária, pelo que segue depois no inciso oitavo A e B, a plenária temática também é deliberativa, ela já pode passar direto algumas propostas aprovadas quando alcança 70%. Então ela é plenária também que decide e há pontos que nessa plenária temática são discutidas e que não chegam a ter consenso ou não chegam a 70% e passam para a plenária final, mas isso está dito aqui. Então não acho problema na terminologia de usar plenária temática e plenária final, ambas são deliberativas, só que têm graus diferentes e isso está definido no regimento, no inciso oitavo.

Ambrósio: Só para esclarecimento, humanamente impossível deliberar todas as propostas se não fizer a plenária no grupo temático, se não for

deliberativa. Porque vem de lá para cá muitas propostas, então o outro momento lá na plenária temática é deliberativa. E sendo deliberativa como vai vir aqui posteriormente, como acaba de ser dito pelo (Conselheiro João), é para ir eliminando as questões para chegar à plenária final e nós trabalharmos aquela que não teve entendimento no grupo temático, e aí sim a plenária delibera sobre aquela quantidade, que são 30%.

Presidente: Obrigado. Voltamos ao impasse ou estamos esclarecidos para entrar em regime de votação?

Ana Boabaid: Eu não estou esclarecida ainda. Eu vejo assim, a gente costuma falar que o município cópia estado, estado cópia município. Acho que nós temos que chegar a um consenso se nós queremos que não é democrático o grupo, por exemplo, eu quero participar de 2 grupos, não posso, mas eu participaria da plenária, a plenária para mim foi onde sempre votou. Querem aborto ou não querem aborto? É assim, onde vai todo mundo votar todos os temas. Agora, se vai votar já em uma plenária, em um grupo temático pequeno, eu não vejo democracia nisso.

Siriana: Conselheiros, vamos só lembrar uma situação da nossa última conferência. Nós recebemos em média 5.800 propostas, as quais foram divididas nos eixos postos para aquela conferência. Quando nós dividimos em grupo, na época eu não me lembro de a gente chamar de plenária temática, nós chamamos de grupo de trabalho, nós dividimos dentro desses eixos, os quais fizeram um enxugamento, porque a gente chama de enxugamento mesmo, muitas propostas vêm repetidas, muitas às vezes, apesar de estar escrito de maneira diferente, quer dizer a mesma coisa. Esses grupos trabalharam, fizeram esse enxuga e a plenária final foi que teve a decisão sobre todos esses pontos. Aí eu gostaria de esclarecer o

seguinte, na resolução 500 da nacional está escrito assim no artigo 12, "das instâncias de decisão. São instancias de decisão da etapa nacional da décima quinta", se fossemos traduzir para nós, "os grupos de trabalho", não que eles vão decidir bater o martelo, mas eles são decisórios para fazer esse enxugamento, essa sistematização que dona (Leila) acabou de falar. Os grupos de trabalho no 1 e no 2, a plenária final. Essa metodologia cabe para a gente, ela pode ser repetida aqui. Se eles optaram por chamar de plenária temática, que seja, mas nós podemos chamar de grupo de trabalho ou grupo temático. Só que o resultado final passa pela plenária final, é votado para todo mundo. O resultado que saiu de cada grupo, seu (João). Não altera.

Presidente: Pessoal, eu consulto ao pleno com o nós conduzimos. Eu gostaria de acolher propostas para decidirmos aqui o tema plenária de abertura, grupos temáticos, plenária final, plenária de abertura, plenária temática. Eu vou reproduzir a sugestão da (Conselheira Siriana).

F: Plenária magna. Tem seu nome, que é (8ª Conferencia Estadual de Saúde do Estado de Mato Grosso), aí vem a plenária magna, que dá a abertura da conferência.

Presidente: E decide a respeito do regimento da mesma, é deliberativa, perfeito. Vou reproduzir a proposição que eu ouvi da (Conselheira Siriana), utilizar o termo de plenária de abertura, grupos temáticos e plenária final.

Leila Boabaid: Na realidade, a gente tem que decidir as 2 instâncias decisórias da conferencia, que são os grupos de trabalho, como a (Siriana) colocou, aí aplica-se a metodologia, etc., e a plenária final. Agora, dentro dessa metodologia você vai ter o início da conferencia, que é a mesa de abertura, a conferencia magna, depois vem, dependendo do que o

conselho e a comissão organizadora entender e conseguir colocar, pode fazer uma análise da situação de saúde do estado do (Mato Grosso), pode ser feito, podem ser feitas mesas com os palestrantes, com os conferencistas, tudo isso para quê? Para subsidiar o entendimento para o final que é a plenária que vai aprovar ou não as propostas que foram consolidadas por esses grupos de trabalho, porque se não for feito dessa forma, vocês não vão conseguir levar para uma plenária final 5.000 propostas, 4.000 propostas de todo os municípios, tem que haver essa sistematização.

Presidente: Obrigado, (Leila). Vamos votar de que jeito?

Dra. Flávia: Pelo que eu entendi tem 2 propostas, a plenária de abertura ser chamada de plenária magna, as plenárias temáticas serem chamadas de grupos temáticos ou grupos de trabalho e manter a nomenclatura da plenária final. Pode ser colocado em votação? Podemos colocar em regime de votação? Alguém tem mais alguma proposta?

M: Vamos prestar atenção naquela observação do (José Alves), se não é plenária inicial, como ela vai aprovar o regimento? Se não é plenária, não pode aprovar o regimento. Tem que ser plenária inicial e plenária final, não sei que nome vai dar, mas tem que ser. E os grupos temáticos, que são os (GTs). É isso.

Presidente: Microfone, por gentileza, (Conselheiro Ambrósio).

Ambrósio: Disponibilizar por e-mail o regimento, os demais companheiros não deram uma boa ida. Mas se for ao 12 e no 13, lá tem as atribuições de cada uma das plenárias. E aí se estabelece. Vamos mudar para grupo temático, essa questão aqui é decidir se fica plenária ou se fica grupo. Mas eles sabem que cada uma dessas plenárias aqui expostas, cada uma é

deliberativa. E dentro dela essa é a conferencia, a conferencia é dividida nessas 3 plenárias, abertura, plenária de temas que vão ser debatidos, aquele que for aprovado 70% lá e já for aprovado, já fica aprovado e pode ser referendado na plenária final, posteriormente à plenária final ela tem uma outra atribuição que é a eleição dos delegados. Eu não vejo dificuldade nisso aí, nós estamos perdendo tempo nessa discussão semântica. Senhor presidente, podemos prosseguir? Senão vamos ficar perdendo tempo em uma discussão inócua. Não vejo produtividade, desculpa, dentro do processo democrático que é direito de todos, mas não estou vendo produtividade. Nós paramos aqui e estamos marcando passo em um local só.

João Inácio: (Conselheiro Ambrósio), eu li e reli o artigo 13 e a minha dúvida, eu queria um esclarecimento, os incisos 1, 2, 3 e os seguintes falam de plenárias temáticas. E de repente o inciso sexto fala de grupos de trabalho, e até aqui não tinham sido anunciados grupos de trabalho. No inciso 7, grupos de trabalho, no inciso oitavo voltam os eixos temáticos. Então os grupos de trabalho são uma instancia intermediária dentro do eixo temático? Isso que não está claro para a gente poder decidir. E para mim a dúvida é só essa.

Dra. Flávia: As plenárias temáticas vão discutir os eixos temáticos e vão ter uma metodologia de trabalho. Que metodologia foi estipulada aqui? Mesa redonda, vai ter 1 coordenador, os expositores com 20 minutos para exposição e depois vão se formar os grupos de trabalho para se fazer as propostas, e aí as que tiverem 70% de aprovação já vão para homologação da plenária final e as que tiverem um percentual intermediário de aprovação vão para ser votadas na plenária final. É só uma questão de nomenclatura que eu entendo que está sendo discutida aqui.

Presidente: Conselheiros, eu preciso fazer uma ligação, preciso me ausentar da sala 5 minutos, mas esse momento é importante. Gostaria que o pleno colocasse a indicação de um conselheiro para poder presidir nesse momento que eu saio e retorno aqui. Posso fazer a indicação? (Maurício), por favor.

Maurício: Último esclarecimento para ver se a gente avança. (Conselheira Siriana), por favor?

Siriana: Esclarecendo, a partir do momento em que muda a nomenclatura ali, "grupos temáticos" ou "grupo de trabalho", ajusta-se o texto abaixo de acordo com a alteração. Então não fiquem preocupados se está temático, se está grupo, é uma questão de ajuste de texto. O eixo principal é acertar o artigo 11. A gente chegando a um consenso ali, tenham ciência de que a (Doutora Flávia) irá acertar o restante do texto, ele sofre um ajuste consequentemente.

Maurício: Podemos então votar esse encaminhamento da conselheira? Quem concorda, se manifeste, por favor, com a proposta da (Conselheira Siriana). Que faça os ajustes necessários. 10 concordam. Quem discorda? Abstenções? Com relação ao termo "plenária" e?

Dra. Flávia: Plenária de abertura ou plenária magna.

Maurício: Para votação, plenária de abertura, se manifestem quem concorda com plenária de abertura. Quem concorda com plenária magna se manifeste. Plenária de abertura o nome correto.

Siriana: Plenárias temáticas, grupos temáticos ou grupos de trabalho?

Maurício: Quem concorda com grupos temáticos se manifeste, por favor. Quem concorda com a terminologia grupos de trabalho? Aprovado grupos temáticos.

Dra. Flávia: Quem concorda com plenária temática não foi perguntado.

Maurício: E o último quesito, quem concorda com a terminologia plenária final se manifeste.

Dra. Flávia: Plenária temática, grupo temático ou grupo de trabalho.

Maurício: Esse já foi.

Dra. Flávia: Não, plenária temática não foi votado.

Maurício: Ficou grupo temático.

Dra. Flávia: Ficou grupo temático ou grupo de trabalho, plenária temática não foi votada, não foi para votação.

Maurício: Pela maioria, questão de ordem...

Dra. Flávia: Eu tenho a impressão de que quem opta pela manutenção de plenária temática ou...

Maurício: Pela votação, já foi votado grupo temático, foi a maioria. E o último item, plenária final, que foi votado e aprovado também. Vamos à diante, senhoras e senhores conselheiros.

Dra. Flávia: O artigo 13 vai ficar com a seguinte redação, "as plenárias temáticas no total de 4 deliberarão"... "os grupos temáticos no total de 4 deliberarão sobre os 8 eixos temáticos da (8ª Conferência Estadual de Saúde)". Aprovado?

Maurício: Senhores, atenção, aprovada a manutenção? Quem concorda com a manutenção, se manifeste, por favor.

Dra. Flávia: É porque de início estavam 8 plenárias temáticas, aí foram reduzidas para 4, aí eu fiz esse ajuste. Aí pediram para discutir esse ajuste e a gente ficou parado aí e agora mudou o nome para grupo temático, mas

são 4 grupos temáticos, já foi votado no início. Podemos ir para frente então? As 4 vão discutir todos os eixos temáticos.

Orlando: (Orlando), (Sintep), segmento usuário. No 13 está dizendo no item 4, "os grupos de trabalho serão compostos por delegados e delegadas, convidadas e convidados que irão eleger sua coordenação, tal, tal, relator e relatora", aí segue. Ai lá na letra B fala, "as propostas que obtiverem de 30 a 69% de votos não atingirem a aprovação nas plenárias temáticas e irão para votação da plenária final". Tudo bem, a minha dúvida é se nós temos delegados e convidados e aqui está garantindo a fala de todos com intervenção de 3 minutos, mas no regime de votação, como seria? Porque o convidado não pode votar.

Dra. Flávia: Em regime de votação só os delegados poderão votar.

Orlando: Sim, mas como ficaria isso? Vai separar por crachá, por área?

Dra. Flávia: Normalmente tem uma identificação de delegado que levanta a plaquinha.

Maurício: Só um minutinho, que a nossa secretária executiva quer dar um esclarecimento.

Luciana: O conselho nacional faz o seguinte, as pessoas inscritas levantam o crachá, passa 1 pessoa, recolhe o crachá dos inscritos e aí começa a chamar e devolve o crachá.

Maurício: Esclarecido então? Quem concorda com a manutenção, se manifeste, por favor. Quem discorda? Abstenções? Aprovada a manutenção conforme sugerido.

Dra. Flávia: Aqui no artigo 14 que trata da plenária final a gente previu a aprovação de moções também. E na alínea A a gente determinou que as

moções devem ser assinadas por no mínimo 20 delegadas e delegados e deverão ser redigidas em no máximo 20 linhas e encaminhadas à secretaria geral da comissão organizadora, aí eu pedi que fosse sugerido um prazo, porque essas moções têm que ser votadas na plenária final, elas vão sendo elaboradas simultaneamente à plenária de abertura, aos grupos temáticos para serem aprovadas pela plenária final. E aí hoje pela manhã o (Conselheiro Ambrósio) e o (Conselheiro Maurício) sugeriram que essas moções fossem encaminhadas à secretaria geral da comissão organizadora até o início da plenária final. Mas eu queria que o pleno deliberasse se o prazo seria esse ou se é melhor estipular data e hora para poder ficar definido até quando essas moções poderão ser encaminhadas, senão a gente vai encerrar e pode ser que ainda esteja paralelamente ocorrendo à elaboração dessas moções, então seria interessante, tudo tem que ser definido na conferencia previamente.

Ambrósio: (Conselheiro Ambrósio), (Fraternidade Cristã). Há uma outra observação aqui na letra A, que a moção deverá ser assinada por no mínimo 20 delegados. Deverá ser redigida em no máximo 20 linhas. A questão da linha é questão de objetividade, mas a meu ver são poucos delegados em um universo de 800 e poucos. Eu acho que tem um erro de 20%, porque é muito pouco. E a moção como foi ontem dito, a gente tem que ter muita preocupação com quem vai pegar, porque além de colocar os nomes, colocar o (CPF) para que não venha a ocorrer posteriormente alguma calúnia ou difamação e que não se consiga provar a situação e venha todo mundo sofrer ação judicial. Então a redação acho que talvez seria 20%, não sei se 20% seria uma quantidade enorme, que é para dar trabalho mesmo para quem quer...

Orlando: Só para reforçar, tem que ser 20% e, além do (CPF), também o (RG), que as moções principalmente de repúdio trazem consequências. Então tem que ter os dados dos documentos como o (Ambrósio) colocou lá, o nome, (CPF) ou (RG), porque também os 2... quem assinou e não deu documento, não vale, principalmente quando é moção de repúdio. Quando é de aplauso tudo bem, mas quando é de repúdio, dá caldo.

Zé Alves: A título de colaboração, na sétima conferência eu fiquei responsável por essas moções e eu acho muito difícil você aceitar moções até o início da plenária, porque ela tem que ser submetida a muitos critérios para aprovar ou não. E aí você está aceitando até o início, acho que tinha que delimitar pelo menos 2 horas antes do início da plenária final.

Maurício: Perfeito. (Dra. Flávia), incluir a sugestão do (Conselheiro José Alves), pelo menos 2 horas antes do início da plenária final. Regime de votação, a redação ficou com quantitativo de 20% e a hora e data com pelo menos 2 horas de antecedência ao início da plenária final.

Dra. Flávia: Eu queria saber se poderia fechar 160 assinaturas, porque 20% pode gerar uma discussão, 20% dos presentes e tal.

Maurício: Perfeito. Ela coloca que às vezes você pode ter uma oscilação desses delegados presentes, então definindo o quantitativo já seria melhor.

Dra. Flávia: 160? Vamos colocar 10%, 80.

Maurício: A metade então, 80 assinaturas. É melhor colocar em termos quantitativos. 80 então, (Dra. Flávia). Regime de votação, os que concordam com a redação final, está ali projetado, se manifestem, por favor. Os que discordam? Abstenções? Aprovado então por 10 votos. Vamos repassar a redação final, (Dra. Flávia), para não gerar dúvidas?

Ambrósio: Senhor presidente, eu vou pedir para me retirar em função de força maior, meu pneu está furado e eu tenho que conseguir colar ele, porque amanhã eu tenho que estar no conselho novamente e tenho que dar agilidade aqui e tenho que ver onde vou encontrar uma bicicletaria para consertar os 2, os 4 ou então colar, que já está careca, bem careca.

Maurício: Registro então a saída do (Conselheiro Ambrósio).

Dra. Flávia: Foi votado para ser encaminhado até o início da plenária final ou até 2 horas antes do início da plenária final?

Maurício: isso, com pelo menos 80 assinaturas e 2 horas antes da plenária final.

Dra. Flávia: Até 2 horas antes do início da plenária final. Aprovado?

Maurício: Aprovado por 10 votos.

Dra. Flávia: O artigo 16 que trata da estrutura da comissão organizadora. A gente inseriu a coordenadora ou coordenador eleitoral, foi uma proposição do (Conselheiro Ambrósio), e o comitê executivo que foi uma proposição da (Conselheira Siriana) na estrutura, e aí mais para frente a gente vai discutir a atribuição desses 2 destaques, aí eu queria que fosse colocado em votação e acrescentar coordenadora ou coordenador eleitoral e o comitê executivo.

Siriana: Esclarecimento, eu já havia discutido antes essa questão com a (Flávia) e gostaria que saísse desse pleno uma definição em relação ao termo. Nós vamos chamar essas coordenações, nós vamos chamar de coordenação, de subcomissão, qual é a nomenclatura que nós vamos chamar? Ontem na oficina, para vocês terem uma ideia, como a oficina foi uma decisão da coordenação geral da conferência do dia 06/03 e lá foi chamado de subcomissão, na oficina nós chamamos de subcomissão, e aí

no regimento vem escrito coordenação. Então nós temos que chegar a um consenso, que nome nós vamos utilizar para que as pessoas se identifiquem, para que as pessoas se achem dentro de um documento desses. Um outro ponto que eu gostaria de colocar é o comitê executivo, dentro do que estava posto anteriormente, chamava-se de apoio, apoio técnico, administrativo. Não, dentro do regimento da nacional que eu achei muito bem colocado, chama-se comitê executivo no qual agrega todo corpo técnico administrativo do (Conselho Estadual de Saúde), de outras áreas da (Secretaria Estadual de Saúde) caso queiram colaborar e participar, e ainda até de outras instituições, fica com essa abertura, porque um comitê não precisa ser feito necessariamente por 1 segmento, você traz pessoas para agregar. Como nós estamos atravessando um momento de muita dificuldade administrativa dentro da (CES), se a gente conseguir colaboração de outros entes nesse sentido vai ser muito bom. Então peço que altere isso aí para a gente ter abertura de trabalhar nisso aí. Um outro ponto que eu havia colocado que acho que (Flávia) se equivocou e não colocou, na nacional eles colocaram de forma muito forte, eu achei muito bom, eles chamaram de coordenação cultural e educação popular. Nós estamos trabalhando toda a nossa metodologia nesse sentido, de fazer as conferências acontecerem de forma ascendente. E essa coordenação teria esse olhar mais sensível a essa situação. Nós teríamos a participação, apresentação de grupos culturais, toda essa parte cultural do evento ficaria a cargo dessa situação. Teve evento que foi a plenária, não é, (Dona Sueli), que nós tivemos dentro da (Paulo Freire)? Fica a cargo dessa coordenação. Então eu peço também que seja incluído aí, eu havia colocado e não vi nesse momento. Era isso, vamos acertar qual nome nós vamos dar para essas coordenações. E que fossem acrescentados esses 2 itens que eu citei.

Maurício: Todos concordam? Regime de votação com as recomendações, com as observações e ponderações da (Conselheira Siriana)? Regime de votação, quem concorda com as inclusões? Quem discorda? Abstenções? Aprovado por 9 votos.

Marcione: presidente, só justificar a minha ausência aqui agora, que eu e o (Ambrósio) estamos no mesmo carro oficial e vamos para o mesmo caminho. Obrigado.

Maurício: Ok, (Conselheiro Marcione), boa viagem com o (Conselheiro Ambrósio).

Dra. Flávia: Então ficou o coordenador ou coordenadora eleitoral, coordenador ou coordenador cultural e de educação popular e o comitê executivo. Aqui foi a sugestão que a (Conselheira Siriana) mandou agora no final da manhã por escrito. "A comissão organizadora da (8ª Conferencia Estadual de Saúde) terá a seguinte estrutura. Inciso 1, presidente. Inciso 2, coordenadora ou coordenador geral. Inciso 3, coordenador adjunto. Inciso 4, membros colaboradores da coordenação geral. Inciso 5, secretária geral ou secretário geral. Inciso 6, comitê técnico executivo. Inciso sétimo, assessoria jurídica. Parágrafo primeiro, a comissão organizadora da (8ª Conferencia Estadual de Saúde) terá em sua estrutura as seguintes subcomissões, subcomissão de orçamento e finanças, subcomissão de mobilização e articulação, subcomissão de comunicação e informação, subcomissão de infraestrutura, subcomissão de relatoria, subcomissão científica, subcomissão de acompanhamento e monitoramento das etapas municipal e estadual, subcomissão cultural e educação popular. O termo subcomissão, conforme acertado na memória da reunião do dia 6 de março de 2014. Parágrafo segundo, na ausência do presidente, a condução será

assumida pela coordenadora ou coordenador geral. Na ausência do coordenador ou coordenadora geral a condução será assumida pelo coordenador adjunto. Parágrafo quarto, comitê técnico executivo será composto pelos integrantes da secretaria executiva do (Conselho Estadual de Saúde), membros, colaboradores da (Secretaria de Estado da Saúde) e demais instituições colaboradoras ou conforme descrever como está no regimento interno a (15ª Conferência Nacional) com as devidas adaptações". Aí tem uma outra redação que ela também encaminhou.

Maurício: (Dra. Flávia), deixa eu fazer uma sugestão, alguém tem alguma dúvida nesse destaque que já foi colocado, o que já foi passado para os conselheiros? Ficou claro? A gente já poderia então votar o item. Podemos?

Siriana: Só esclarecendo, nós vamos chamar de subcomissão ou de coordenação? É isso que está posto. Subcomissão. (Flavia), volta que tem 1 item ali que o (Ambrósio) me explicou que ele já está incluído em uma outra situação, não precisa estar ali. Lá naquelas subcomissões, só para esclarecer para o pleno.

Maurício: Senhores e senhoras, só queria lembrar que não podemos ter a saída de mais nenhum conselheiro sob pena de prejudicar o quórum.

Dra. Flávia: A subcomissão de acompanhamento e monitoramento das etapas... está incluído na coordenadoria de articulação.

Siriana: Isso, então eu solicito que retire.

Dra. Flávia: Então a gente volta para o mesmo texto aqui anteriormente aprovado e altera o todo o termo de coordenadoria para subcomissão. Tem como colocar em votação se mantém coordenadoria ou se coloca subcomissão, conforme proposta da (Conselheira Siriana).

Maurício: Em regime de votação, para os que concordam com a terminologia "subcomissão", se manifestem. Para os que discordam? Abstenções? Aprovado por 12 votos.

Dra. Flávia: O artigo 26 em complemento... a sugestão do (Conselheiro Ambrósio), que ele pediu para incluir agora, seria uma subcomissão eleitoral, a gente colocou como atribuição organizar os procedimentos para votação das delegadas e dos delegados da (15ª Conferência Nacional de Saúde) e seus controles necessários. Aí eu queria que fosse para aprovação.

Maurício: Em regime de votação, os conselheiros que concordam então com a inclusão feita pelo nosso coordenador da conferencia, (Conselheiro Ambrósio), se manifestem, por favor. (Dra. Flávia), pode ler de novo, por favor?

Dra. Flávia: "À subcomissão eleitoral cabe organizar os procedimentos para votação das delegadas e dos delegados da (15ª Conferência Nacional de Saúde) e os seus controles necessários".

Maurício: Esclarecimento, (Conselheira Ana).

Ana Boabaid: Segundo o regimento interno deste conselho, quem faz termo de referência é um trabalhador da (CES) que ocupa o cargo de secretaria geral do (Conselho Estadual de Saúde). Até questão de (PTA) e de legalidade jurídica mesmo.

Maurício: Esclarecimentos, (Conselheira Siriana).

Siriana: Eu gostaria de fazer um esclarecimento. A (Lúcia) é a secretária geral da (8ª Conferência Estadual de Saúde), ela está me esclarecendo que se nós aprovarmos o artigo 27, no primeiro item, garantir o cumprimento do termo de referência aprovado pela comissão organizadora em seu acompanhamento, sua fiscalização e execução. Mas se ficar amarrando pra

tudo quanto é (TR) que for feita, que é o que vai desencadear as logísticas, depender da coordenação geral se reunir para aprovar (TR) por (TR) nós não vamos à diante com a conferencia.

Dra. Flávia: Questão de ordem, a gente está discutindo o artigo 26.

Siriana: Perdão, (Flávia). Fui levada pela emoção da 27.

Maurício: O artigo 26 é inclusão da comissão...

Dra. Flávia: O (Ambrósio) pediu para incluir a subcomissão eleitoral, é isso que está sendo votado agora, conselheira. A subcomissão eleitoral foi aprovada lá atrás com o comitê executivo e a subcomissão de cultura e educação popular. Aí em razão disso foi inserido o artigo 26 com atribuição para subcomissão eleitoral. Se alguém tiver algo para agregar ou para suprimir ou para destacar ou para contribuir. Ele quer que acrescente essa subcomissão, aí esse artigo fala da atribuição. Se tiver mais atribuição, eu gostaria que colocasse para eu poder incluir na redação.

Maurício: Senhores, senhoras, em regime de votação. Quem concorda com a inclusão, se manifeste. Artigo 26. Quem discorda, se manifeste. Exclusão. Abstenções? O artigo 26 foi proposto pelo (Conselheiro Ambrósio), a sua inclusão. Estamos em regime de votação. Não foi aprovado pela votação a inclusão do artigo.

Dra. Flávia: Vai manter essa comissão eleitoral sem atribuição, é isso?

Maurício: Sim. Foi votado para inclusão ou exclusão, supressão desse artigo. Isso que eu estou dizendo, foi votada a inclusão ou a supressão do artigo. Tivemos 5 votos para não inclusão do artigo.

Dra. Flávia: A minha dúvida é porque a subcomissão eleitoral...

Maurício: 5 abstenções, 1 para inclusão e? Ninguém se manifestou a favor.

Dra. Flávia: Teve 1 voto a favor, nenhum contrário e 1 abstenção. Aprovado o artigo 26?

Maurício: Algum encaminhamento? Alguém dá um novo encaminhamento para que a gente coloque novamente em votação?

Dra. Flávia: Artigo 27, ao comitê executivo da (8ª Conferencia Estadual de Saúde) cabe, inciso 1, garantir o cumprimento do termo de referência aprovado pela comissão organizadora, seu acompanhamento, sua fiscalização e sua execução. Inciso 2, implementar as deliberações da comissão organizadora. Inciso 3, articular a dinâmica de trabalho entre a comissão organizadora e a (Secretaria de Estado de Saúde). Inciso 4, enviar orientações e informações relacionadas às matérias aprovadas pela comissão organizadora aos conselhos de saúde, aos movimentos sociais populares e sindicais, aos gestores e prestadores do serviço de saúde e as demais entidades da sociedade civil sobre a (8ª Conferencia Estadual de Saúde). Inciso 5, apoiar as conferencias municipais de saúde na condução dos atos preparatórios para a (8ª Conferencia Estadual de Saúde). 6, elaborar o orçamento e solicitar suplementações necessárias. 7, organizar a prestação de contas e encaminhar informes à comissão organizadora da (8ª Conferencia Estadual de Saúde). 8, reunir os textos das apresentações dos expositores para fins de registro e divulgação. 9, apresentar propostas para atividades, infraestrutura e acessibilidade da (8ª Conferencia Estadual de Saúde). 10, solicitar a participação de técnicos dos órgãos da (Secretaria de Estado de Saúde) no exercício das suas atribuições para contribuir em caráter temporário ou permanente com a organização da (8ª Conferencia Estadual de Saúde). 11, providenciar a divulgação do regimento interno da (8ª Conferencia Estadual de Saúde). 12, propor a celebração e acompanhar a execução dos contratos e convênios necessários à realização da (8ª

Conferencia Estadual de Saúde). 13, formular a sistemática de credenciamento e votação da (8ª Conferencia Estadual de Saúde). 14, acompanhar o credenciamento das convidadas e dos convidados, dos delegados e das delegadas. 15, propor e organizar a secretaria da (8ª Conferencia Estadual de Saúde). 16, promover em articulação com a coordenação de comunicação e informação e a coordenação de mobilização e articulação a divulgação da (8ª Conferencia Estadual de Saúde) considerando os princípios e as condições de acessibilidade. 17, providenciar os atos e encaminhamentos pertinentes ao fluxo dos gastos com as devidas provisões, cronogramas e planos de aplicação. Agora eu vou ler a proposta da (Conselheira Siriana), que ela colocou como artigo 15, mas na verdade se trata do artigo 27, obrigada. A comissão organizadora contará com o comitê executivo coordenado pela secretaria do (CNS) que trabalhará de modo articulado com os demais órgãos do (Ministério da Saúde), instancias, entidades, movimentos sociais populares e sindicais envolvidos para o apoio técnico, administrativo, financeiro, logístico e de infraestrutura da (15ª Conferência Nacional de Saúde). Parágrafo único, o comitê executivo será composto por, inciso 1, 2 integrantes da secretaria executiva do (Conselho Nacional de Saúde). Inciso 2, 2 integrantes da comissão organizadora, inciso 3, 2 integrantes do (Ministério da Saúde). Fica mantida essa proposta, coloca as 2 redações?

Maurício: Tem considerações aí.

Siriana: A gente só tem 1 sugestão de alteração no artigo 27 no primeiro item, garantir o cumprimento do termo de referência aprovado pela comissão organizadora. Esse "aprovado", repito, se todos os termos de referência, assim, nós vamos fazer camiseta ou algo até mais simples, vai precisar comprar crachás, refletores, alguma coisa assim, precisar de uma

reunião do (G8) para decidir e para assinar uma (TR)? Aí o comitê executivo não anda... (G8) é muito chique, eu estou chamando de (G8). O pessoal administrativo fica emperrado, porque a gente sabe que os conselheiros não vão poder ficar lá o tempo todo para assinar a (TR). Só esse item, conselheiros, que a gente gostaria que ele fosse suprimido, garantir o cumprimento do termo de referência sim, fazer o seu acompanhamento e sua fiscalização da execução.

Maurício: Retirar a parte que fala da aprovação por parte da comissão, só suprimir essa parte do item 1.

Ana Boabaid: Até porque quem é a equipe executora do conselho, que o conselheiro não é trabalhador, é a equipe da secretaria geral, e eles são funcionários estaduais de saúde, eles têm essa prerrogativa de assinar, atestar, e conselheiro não, conselheiro é de relevância pública, está lá em outra situação, conselheiro não assina. Pois é, mas não pode, é ilegal, juridicamente ele não pode.

Maurício: Então somente essa sugestão de suprimir no item 1, perfeito? Os demais itens estão de acordo, alguma observação? Em regime de votação de acordo com as observações da (Conselheira Siriana) e a manutenção dos demais itens. Não, suprimir parte em que a conselheira fez observação, a parte da aprovação por parte da comissão. O item 1 continuará, porém com uma correção. Em regime de votação, quem concorda com a manutenção dos demais itens e a observação feita pela conselheira se manifeste. Unanimidade. Vamos avançar. (Dra. Flávia), mais algum item? Temos 15 minutos.

Dra. Flávia: Essa transcrição do regimento da nacional eu posso suprimir então? Desse artigo 15? Essa redação aqui? Esse daqui foi o cálculo que a

gente fez, aí eu só fechei o número que estava em aberto. A (8ª Conferencia Estadual de Saúde) contará com o número total de participantes, que tem que somar aqui, sendo 868 delegadas e delegados, 88 convidadas e convidados e 176 participantes com credenciamento livre nos termos desse regimento. Alguém quer se inscrever? Esses 868 delegados estão somados os delegados que vêm dos municípios, os 60 delegados natos, que são os conselheiros, mais os 40 delegados eleitos pelo pleno.

Maurício: A estimativa que a gente está trabalhando é em torno de 1188 participantes para depois ter uma margem para abrir para as inscrições livres. Questão de ordem.

F: Senhores conselheiros, para dar continuidade a esse trabalho, não pode nenhum conselheiro se retirar deste pleno. Quem se retirar, por favor, anunciar o nome.

Dra. Flávia: Artigo 28, a (8ª Conferencia Estadual de Saúde) contará com 1132 participantes, sendo 868 delegadas e delegados, 88 convidadas e convidados e 176 participantes com credenciamento livre nos termos desse regimento. Alguém tem alguma proposta ou a gente pode ir para votação?

M: Sim, mas só que vai dar mais trabalho ainda, por isso que era melhor ter deixado os 80 lá na frente.

Dra. Flávia: Na verdade o número de delegados já foi aprovado, mas de convidados e convidadas e de participantes por credenciamento livre ainda não. Se alguém tiver alguma sugestão?

Maurício: Podemos avançar? Nesse momento eu passo a presidência novamente ao nosso (Secretário de Saúde).

Dra. Flávia: Secretário, eu gostaria que (Vossa Excelência) colocasse em regime de votação o artigo 28 do regimento interno.

Presidente: Em votação? Aproveitando o quórum, em regime de votação, quem concorda com a proposta como apresentada com os destaques em vermelho, por favor, se manifeste. 11. Abstenções? 1. Favorável à proposta original? Nenhum. Perfeito, podemos seguir.

Dra. Flávia: O artigo 29 não teve destaques, são as faixas do número de participantes de acordo com o número de habitantes de município, acredito que todo mundo esteja de acordo.

Ana Boabaid: (Ana Boabaid), (NEON). Eu tinha pedido alteração, acrescentar no artigo, "a (8ª Conferencia Estadual de Saúde de Mato Grosso), convocada pela resolução X do (Conselho Estadual de Saúde), decreto número tal". Isso aí tem que vir. E aqui colocar "(8ª Conferencia Estadual de Saúde de Mato Grosso)".

Dra. Flávia: Estamos quase fechando, tem como prorrogar por meia hora?

Presidente: (Dra. Flávia), falta o que?

Dra. Flávia: 4 artigos. Aqui no artigo 29, parágrafo quarto, a inscrição de delegados eleitos para a (8ª Conferencia Estadual de Saúde) deverá ser enviada a comissão organizadora da (8ª Conferencia Estadual de Saúde) no período de 9 de abril de 2015 a 27 de julho de 2015. Esse período de inscrição estava em aberto, foi uma proposta do (Conselheiro Ambrósio) e do (Conselheiro Maurício), o período do fechamento da etapa municipal é 15 de julho, porque o município que deixou para fazer em julho, cada um desse prazo de 1 semana ou 2 para eles mandarem a inscrição dos delegados eleitos.

Presidente: Perfeito, colocando em regime de votação a proposta. Quem concorda com as datas apresentadas, por favor, se manifeste. 13 votos.

Abstenções? Contrários? A favor da proposta original, vamos dizer assim? Nenhum voto, perfeito. Algo mais, (Dra. Flávia), com relação ao regimento?

Dra. Flávia: Sim. O parágrafo único do artigo 30 que explica que o delegado tem direito a voz e voto, convidado e convidada tem direito a voz e o participante com credenciamento livre com direito a voz só na mesa de debate, aqui repete que o número de convidados e convidadas equivale a 88, aí eu quero suprimir esse percentual e o número de participantes com credenciamento livre, 176. Só uma questão de redação.

Presidente: Em regime de votação, quem concorda com a proposta como apresentada de colocar 20% o número de delegados, (Dra. Flávia)?

Dra. Flávia: Seriam 10% do número total de delegadas e delegados. Aí a gente já calculou e ajustou para 4, deu 88, então já colocar 88. E participantes com credenciamento livre, 176, que também a gente já calculou, nesse caso 20%, não 30, senão ia dar muito participante com credenciamento livre.

Presidente: Em regime de votação, conselheiros que concordam com a proposta apresentada se manifestem. 8 votos. Abstenções? Contrários? Nenhum, perfeito. Temos mais o artigo 89 aí, (Dra. Flávia)? Estamos no 31. Não, 37, estou brincando.

Dra. Flávia: Esse aqui já foi votado lá, é só uma questão de ajustar o número de delegados eleitos pelo conselho que ficaram 40.

Presidente: Então isso já foi decidido anteriormente?

Dra. Flávia: Isso.

Presidente: Que mais que nós temos?

Dra. Flávia: Para esclarecer 68 delegados vão ser eleitos na (Conferencia Estadual de Saúde) para ir para a (Conferência Nacional), só que pode acontecer de ter algum impedimento de ter algum desses 68 e a gente ficar desfalcado lá, ficar mal representado. Então a gente está prevendo a eleição de 20 delegados suplentes também lá na plenária final por cada segmento no caso de impedimento dos titulares rumo à (Conferencia Nacional de Saúde). A gente sugeriu o número de 20 delegadas e delegados suplentes. Na minuta a princípio estava 20%, mas a gente já calculou e colocou aí 20.

Presidente: Nós estamos trabalhando com o limite de 68 como foi aprovado?

Dra. Flávia: E aí eleger, além dos 68, 20 suplentes. Mas ao invés de eleger 68, porque acredito que vai ter impedimento, a gente vai eleger 20. Aprovado? Tem que colocar em regime de votação.

Presidente: Porque quando você faz a eleição, você não está fazendo a eleição do delegado, da representação que ele tem, então estou com dúvida, onde você vai colocar, garantir que 20% podem ser substituídos? A única opção que eu vejo de a pessoa que foi se prontificar em um pleno desses aí de ser eleito delegado e depois falar que não vai é problema de saúde. Problema de saúde você já tem representação da instituição depois se não é, aí é falta de saúde.

Dra. Flávia: É porque no caso seriam 20 de cada segmento e pela ordem dos mais votados eles iriam sendo convidados, mas uma votação para suplência.

Presidente: Em regime de votação então, se concorda com a proposta de colocar esse percentual e a outra proposta que se mantém... na verdade o que nós estamos alterando, só os 20?

Dra. Flávia: Não, é porque estava aberto. Para fechar esse número.

Presidente: Em regime de votação, os conselheiros que concordam com a proposta da ementa apresentada? 11 votos. Abstenções? 1. Contrários? Nenhum. Terminamos o regimento, (Dra. Flávia)? Na verdade, nós começamos 2 e meia, (Orlando). 4 horas, 6 e meia.

Dra. Flávia: Está concluído sim, aqui a gente só inseriu na tabelinha do anexo único, conforme os dados do (IBGE) e conforme aquela faixa de número de habitantes, quantos habitantes por município, que já foi aprovado lá atrás

Presidente: Obrigado, (Dra. Flávia). Pessoal, consultando ao pleno, nós esgotamos o item 3.2, nós já decidimos aqui que uma reunião extraordinária no dia 22 de abril vai ter como pauta somente o item 3.5 acrescido da apresentação da situação encontrada nos hospitais (Colíder), (Sinope) e (Alta Floresta). Nós temos aqui o item 3.3, vacância das comissões, apresentação do processo de concurso público, apresentação da questão da regulação, controle, avaliação e judicialização e o veto governamental, eleição do governador. Vocês viram que aqui tem pano para a manga para algumas reuniões. Então eu gostaria de consultar ao pleno de que essas pautas que não foram esgotadas hoje já automaticamente entrem na pauta da reunião ordinária seguinte. E aí a gente delimita segurar a ansiedade de não entrar nenhum pedido de pauta, que a gente sabe que não vai esgotar.

M: Eu tenho um pedido de pauta, que é aquela do (RAG) 2013, senão nós estamos mortos. Que tem a ver com as resoluções. Aí daria 5 pontos de

pauta? 4? Secretários, (Dra. Flávia), a não ser que a gente resolva aquela questão das resoluções, porque tem um parecer da (PGE) que está com o secretário (Oscar) ou não que daria para a gente pelo menos devolver o (RAG). Não resolve o (RAG) 2013, 2014, não resolve em termos de aprovação ou reprovação, mas resolve em termos técnicos, aí a gente está autorizado a devolver para a secretaria. Aí alimenta novamente o sistema, aí nós vamos começar a analisar. Do contrário vai ter que vir para a pauta. A resolução está aprovada para a gente devolver o (RAG) que está no sistema do (SARGUSUS). Isso é legal, porque a resolução já está aprovada pelo pleno, só que ela só tem validade assinada pelo secretário, que aí sim é homologação.

F: Pelo secretário e homologado pelo governador.

M: Isso, pelo governador.

Ana Boabaid: O problema, senhor presidente, que é muito grave, daqui a poucos nós vamos ter, não sei ainda porque nós não tivemos bloqueio de recurso nacional. Não entendi ainda essa amizade que (Mato Grosso) tem de estar vindo recurso para cá, porque diante de um (RAG) aprovado, o sistema não se colocou no sistema, 2014 o (RAG) não foi colocado no sistema e já estamos em 2015, então nós corremos risco de a lei 141 a gente sair preso daqui. É muito sério, vocês estão brincando, conselheiros?

M: A não ser que a gente proponha com o secretário para a comissão sentar com o secretário e dar uma explicação para entender juntamente com a (Dra. Flávia) sobre a resolução que já foi aprovada pelo pleno. Aí se você entender que vai assinar, bem, do contrário, tem que trazer essa pauta, senão nós vamos ter problema.

Presidente: O problema é de ordem jurídica. Respaldo jurídico do que pode fazer, do que deve fazer e de como deve fazer. Se a boa vontade de querer resolver, eu não estou disposto a pagar pelo ônus de gestão anterior que não assumiu o que foi deliberado na conferência. Então o que eu estou propondo é que a gente faça subsídio para poder informar em que pé está, já existiu consulta ao (PGE), mas eu gostaria de fazer essa consulta formal para o atual procurador do estado, ele manifestando a posição que ele der e orientação, a gente efetiva isso. Independentemente da reunião ordinária ou extraordinária que vai acontecer. Eu acho que a gente resolve isso antes disso, que é fundamental ser resolvido isso. Então a comissão senta junto com a secretaria, eu coloco a pessoa da (Margarete) para conduzir isso, tendo esse produto elaborado a gente encaminha, eu entrego em mãos para o (Procurador Geral do Estado) a consulta para ele manifestar e dar uma posição como agir. É fato também que mesmo remetendo para uma reunião ordinária, nós não vamos dar conta de esgotar esses pontos. O que me preocupa hoje como gestor da secretaria? Hoje a gente segurou aqui, eu não tive oportunidade, os secretários adjuntos de atenção, de gestão estratégica, toda equipe do apoio judicial, da gestão de pessoas, (stand by) [03:23:47] e algumas coisas de secretaria precisa dessas pessoas lá efetivamente. Então o meu medo é de ter algum compromisso depois de reunião e de novo a gente segurar a equipe da secretaria aqui. Então eu gostaria de pedir na avaliação nossa se a gente entende que esses pontos de pauta vão conseguir ser exauridos na reunião de 4 horas. Olha só, nós concluímos 2 pontos de pauta, estamos colocando 1 de vacância das comissões, retiramos a sugestão sua do (RAG) para decidir fora do pleno, trazer só a decisão jurídica, discussão do processo de concurso público, a proposta de apresentação já está feita, ela tem pelo menos 35 laminas para

serem apreciadas, se ninguém perguntar nada são 35 minutos só apresentando em 1 minuto por lamina, a parte da relação de regulação, controle e avaliação tem 37 laminas. Se ninguém perguntar nada são mais 39 minutos. Estou falando só de 2 itens, 1 hora e 20 só apresentando. Nós não conseguimos, não temos organização, disciplina para poder esgotar uma pauta dessas na próxima reunião. Então o que eu estou pedindo é, o que a gente garante que entra para eu poder não segurar toda a equipe aqui. Como ela está indo para o regimento da próxima reunião ordinária, nós podemos decidir para poder saber qual equipe vai estar de (stand by) [03:25:28] para isso. O próximo item aqui é vacância das comissões permanentes e externas do conselho, apresentação do concurso público, regulação, controle e avaliação, aí depois o veto governamental, a eleição do conselho. Já está na sequência. Não esgota.

F: Uma questão de encaminhamento senhor presidente, senhores conselheiros, uma questão de encaminhamento, a composição das vacâncias da comissão permanente externa. Nossas comissões têm ficado constantemente em vacância, porque se eu estou como em uma comissão, se eu saio, vem outro conselheiro, esse não substitui. Gente, por que não substitui? É a mesma instituição, o suplente tem que substituir, senão nós vamos ficar com as comissões eternamente em vacância. O suplente é para isso, é para suprir.

M: Mas dentro da observação da (Bete) eu penso o seguinte, que o regimento permite na ordinária, se for de acordo com o pleno, isso antecipadamente, prorrogar tempo para a gente esgotar essa pauta. Hoje não, teria que ser comunicado de que, não se esgotando os 4 pontos de pauta até às 18 horas conforme manda... deu 18 horas ou 18 e 30 tem que

solicitar a prorrogação. Mas agora se não comunicar antes, as pessoas têm seus compromissos e vão embora às 18 horas.

F: Não, eu estou falando da vacância. Nós podemos subir esse item que tem os gestores e que estão trabalhando, o pleno pode votar, está aqui hoje ainda, pode votar como primeiro ponto de pauta. Pode, por que não?

Presidente: Desculpa, (Zé), eu não acompanhei a sua sugestão?

F: Senhor presidente, eu insisto em voltar no 3.3, que esse conselho não pode continuar com as comissões em vacância.

Presidente: Pessoal, o que nós conseguimos produzir hoje, segue no regimento os pontos de pauta como estão apresentados para a próxima reunião ordinária. Senhores, agradeço, vamos segurar a ansiedade, (Ana), cada ansiedade no seu dia. Senhores, obrigado pelo trabalho, até mais.

F: Gente, tem um (coffee break) [03:29:35], está lá no térreo.

[03:29:38]



audiotext

Audiotext Serviços e Cia. LTDA

CNPJ: 17.429.373/0001-85

(41) 3363-3220

atendimento@audiotext.com.br

audiotext.com.br